



CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

Ordem do dia

Ponto n.º 16

Ata n.º 22

2024.09.19

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA DE 2023 - Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, acompanhada dos documentos de Prestação de Contas Consolidada relativos ao ano de 2023, em cumprimento do estipulado no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP)), conjugado com os artigos 75.º e n.º 2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, com a parte final da alínea i) do número 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Deliberação – A Câmara Municipal delibera aprovar os Documentos de Prestação de Contas Consolidada de 2023, em anexo, e submeter os mesmos à Assembleia Municipal para aprovação. Esta deliberação foi tomada por seis votos a favor e dois votos contra dos Senhores Vereadores Vítor Vasconcelos e Hugo Martins. -----





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

PROPOSTA

DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA DE 2023

No cumprimento do estipulado no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), conjugado com o disposto nos artigos 75.º, no n.º 2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (regime financeiro das autarquias locais), e na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (regime jurídico das autarquias locais) são presentes para aprovação da Câmara Municipal os documentos de prestação de contas consolidadas de 2023, sendo, posteriormente, submetidos a apreciação e votação da Assembleia Municipal, em que os originais aqui se dão como reproduzidos e transcritos.

O Município de Felgueiras preparou a informação financeira e orçamental de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual, aplicando os requisitos das respetivas Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Nos quadros seguintes destacamos os factos mais importantes dos documentos de prestação de contas, nomeadamente os seguintes:

Informação financeira

Balanco Consolidado	Valores em €
Ativo	227 741 861,37
Património líquido	192 158 023,31
Património/Capital	182 550 351,49
Passivo	35 583 838,06





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

Demonstração de Resultados Consolidada	Valores em €
Rendimentos	50 954 209,41 €
Gastos:	- 47 750 790,49 €
Gastos	- 40 549 601,35 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	- 7 201 189,14 €
Resultado líquido do período	3 203 418,92 €

Caixa e seus equivalentes

CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DE GERÊNCIA	Valores em €
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	8 054 637,53
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	8 497 222,12

O Resultado Líquido do Período do Relato relativo ao Grupo é positivo, no montante de **3.203.418,92 €**.

Nos termos do n.º 3 do artigo 76.º e do n.º 2 do artigo 77.º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, junta-se aos documentos de prestação de contas consolidadas de 2023 a certificação legal das contas e o parecer sobre as mesmas apresentados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Artur Moreira & Ricardo Pereira, SROC, Lda., representada pelo Dr. Ricardo Pereira, ROC.

Felgueiras, 13 de setembro de 2023.

O Presidente da Câmara Municipal,

Presidente

Nuno Fonseca

Nuno Alexandre Martins da Fonseca

Assinado de forma digital por Presidente Nuno Fonseca
DN: c=PT, st=Portugal, l=Praça da República, o=Câmara Municipal de Felgueiras, ou=CÂMARA MUNICIPAL, cn=Presidente Nuno Fonseca, email=cmf-nunofonseca@cm-felgueiras.pt
Dados: 2024.09.16 10:00:21 +01'00'





Felgueiras

CÂMARA MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS

PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA

2023

Índice

1. RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO 2023	3
1.1. INTRODUÇÃO.....	3
1.2. PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....	8
1.3. CONTAS CONSOLIDADAS.....	12
1.4. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO	13
2. Demonstrações financeiras consolidadas.....	15
2.1. Balanço consolidado.....	15
2.2. Demonstração consolidada de resultados por natureza	18
2.3. Demonstração consolidada das alterações no património líquido (DAPL) de 2023 e 2022..	21
2.4. Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	24
2.5. Memória descritiva dos movimentos de consolidação de contas	26
2.6. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.....	27
3. Demonstrações orçamentais de relato consolidadas.....	76
3.1. Demonstração consolidada de desempenho orçamental	77
3.2. Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza.....	81
4. Outros documentos.....	84
4.1. Relação nominal dos responsáveis	84
4.2. Certificação legal da conta consolidada	85

1. RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO 2023

1.1. INTRODUÇÃO

De acordo com o disposto no artigo 52.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual, e em conjugação com o n.º 3 da Resolução n.º 3/2023 – 2.ª Secção, do Tribunal de Contas, publicada em Diário da República no dia 2 de janeiro de 2024, o Município de Felgueiras tem a obrigação de remeter ao Tribunal as contas consolidadas até 30 de junho do ano seguinte àquele a que respeitam. No entanto, por motivos alheios à vontade do Município de Felgueiras, foi solicitado ao Tribunal de Contas a prorrogação do prazo de entrega das contas consolidadas até ao dia 30 de setembro de 2024. Este pedido foi formalizado, fundamentado e autorizado, no âmbito do processo n.º 183/2024 do Tribunal de Contas, que permitiu à Escola Profissional de Felgueiras (EPF), E.M., Unipessoal, Lda., uma prorrogação inicial do prazo para a remessa da sua conta até 31 de maio de 2024 e na sequência de novos pedidos apresentados pela Escola Profissional, até 30 de setembro de 2024.

A atividade empresarial local é a atividade desenvolvida por municípios e associações de municípios (áreas metropolitanas, comunidades intermunicipais e associações de municípios de fins específicos) através de serviços municipalizados e intermunicipalizados e empresas locais, no âmbito das respetivas atribuições.

Os serviços municipalizados são serviços integrados na estrutura organizacional dos municípios que dispõem de organização autónoma, sendo geridos de forma empresarial.

As empresas locais são as sociedades constituídas ou participadas nos termos da lei comercial, nas quais os municípios e associações de municípios podem exercer, direta ou indiretamente, uma influência dominante em virtude de deterem qualquer forma de controlo de gestão, designadamente a detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto, ou o direito de designar ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão, de administração ou de fiscalização.

As empresas locais podem ser de natureza municipal (quando a influência dominante é exercida por um município), intermunicipal (quando exercida por dois ou mais municípios, por uma comunidade intermunicipal ou por uma associação de municípios de fins específicos) ou metropolitana (quando exercida por uma área metropolitana). Em cada caso, a denominação da empresa é acompanhada da indicação da sua natureza municipal, intermunicipal ou metropolitana pelas siglas E.M., E.I.M. ou E.M.T, respetivamente.

O regime jurídico da atividade empresarial local consta da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, regendo-se as empresas locais pelo disposto neste diploma, na lei comercial, nos respetivos estatutos e, subsidiariamente, pelo regime do setor público empresarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, sem prejuízo das normas imperativas aí previstas.

O Município de Felgueiras apresenta as demonstrações financeiras consolidadas, decorrente da obrigatoriedade descrita no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o qual estipula que sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, sendo o grupo autárquico composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

A informação de carácter contabilístico produzida, individualmente, por estas entidades é considerada suficiente para revelar a situação económica e financeira de cada uma delas, mas não permite traduzir, de uma forma verdadeira e apropriada, a situação económica e financeira do grupo enquanto agregado. Assim, surge a necessidade de se proceder à consolidação de contas sendo utilizado o método integral, uma vez que o Município de Felgueiras é detentor de uma percentagem de controlo de 100% de todas as entidades participadas. Este método preconiza a integração dos diferentes elementos que constam das demonstrações financeiras das empresas consolidadas no balanço e demonstração de resultados da empresa consolidante. Subsequente a esta integração, são eliminadas todas as operações e saldos intragrupo, ou seja, operações entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação, evitando-se desta forma, a duplicação de valores.

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, na sua redação atual) permite uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, com uma aproximação ao Sistema de Normalização Contabilística (Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, na sua redação atual), aplicados no contexto do setor empresarial local.

O n.º 2 do artigo 207.º da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado 2024) impõe que *“a prestação de contas relativa ao ano de 2023 das entidades pertencentes às administrações públicas sujeitas ao SNC-AP, incluindo as entidades públicas reclassificadas, com exceção das entidades do subsetor da administração local, pode ser efetuada no mesmo referencial contabilístico prestado relativamente às contas do ano de 2022, mediante apresentação da devida fundamentação para a não adoção do SNC-AP.”*

As demonstrações financeiras consolidadas do Município de Felgueiras foram elaboradas de acordo com o SNC-AP, tendo sido aplicados a maioria dos requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP). A NCP 22 (Demonstrações financeiras consolidadas) tem como objetivo prescrever princípios para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou várias entidades. Foram seguidas as orientações do Tribunal de Contas, no âmbito da Resolução n.º 3/2023, de 12 de janeiro de 2024 e da Instrução n.º 1/2019 – PG.

Ressalva-se que o presente relatório não contém as informações da contabilidade de gestão de acordo com a NCP 27 do SNC-AP, uma vez que nem todas as entidades do grupo autárquico implementaram este subsistema contabilístico, o que impede a consolidação a este nível.

Relativamente às Demonstrações Orçamentais, estão preparadas pela ACLEM, E.M., em todos os aspetos materiais previstos na NCP 26 do SNC-AP. Contudo, apesar dos esforços, os requisitos de contabilização e relato previstos na NCP 26, ainda não se encontram totalmente implementados pela EPF, E.M., atendendo à complexidade que a mesma acarreta para a Entidade. Esta conclusão é evidenciada no documento da Certificação Legal de Contas, emitido pelo auditor responsável (SROC) da EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, E.M. Unipessoal, Lda., no qual é referido que, *“Apesar dos esforços desenvolvidos pela Entidade, a NCP 26 ainda não se encontrava totalmente implementada, atendendo à complexidade que a mesma acarreta, não tendo sido possível, até esta data, obter a informação adequada e necessária para a verificação das demonstrações orçamentais.”*

Em face do exposto, o perímetro das Demonstrações Orçamentais Previsionais Consolidadas é composto apenas pelo Município de Felgueiras, uma vez que uma das entidades que integram o perímetro de consolidação orçamental, identificadas acima, não aplicaram a NCP 26 em toda a sua extensão.

O SNC-AP revogou a anterior referência base para efeitos de consolidação de contas, a qual consistia na Orientação n.º 1/2010, da extinta Comissão de Normalização Contabilística para Administração Pública, publicada pela Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho.

Os documentos de prestação de contas consolidados de 2023, elaborados e aprovados pelo órgão executivo são acompanhados pela Certificação Legal de Contas, de modo a serem submetidos à apreciação do órgão deliberativo, conforme disposto no artigo 76.º do RFALEI.

Assim, a consolidação de contas tem por objetivo elaborar demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si, como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo municipal.

Entidades do grupo autárquico, perímetro de consolidação e métodos de consolidação

No trabalho que se apresenta, é efetuado o perímetro de consolidação e o enquadramento das entidades que ficam excluídas desse perímetro, elencando os motivos de tal exclusão, de acordo com o estabelecido no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

O Município detém participação em diversas empresas municipais que integram o Setor Empresarial Local (SEL) do concelho de Felgueiras, bem como outras entidades locais associações e agências.

No **quadro 1**, apresentam-se as entidades participadas pelo município e é indicado o respetivo método de consolidação utilizado. O atual regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (art.º 75 da Lei n.º 73/2013) estabelece no n.º 3 do artigo 75.º que “*o grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.*” A existência ou presunção de controlo afere-se relativamente às entidades de natureza empresarial, pela sua classificação como empresas locais e relativamente a entidades de outra natureza, pela sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado.

Ponderados todos estes fatores, concluiu-se que grupo autárquico engloba o Município de Felgueiras e as duas empresas municipais detidas a 100%, a ACLEM – Arte Cultura e Lazer, Empresa Municipal, E.M. e a E.P.F. – Ensino Profissional de Felgueiras, E.M.

Quadro 1		Entidades do grupo autárquico					
Entidade	Tipo	Capital Social	Participação	%	Incluída	Método consolidação	
E.P.F. - Ensino Profissional de Felgueiras	E.M., S.A.	376 000,00	376 000,00	100,00	Sim	Integral	
ACLEM - Arte, Cultura e Lazer	E.M., S.A.	2 134 287,00	2 134 287,00	100,00	Sim	Integral	
CARNAGRI - Matadouro Regional do Vale do Sousa e Baixo Tâmega	S.A.	6 600 000,00	55 300,00	0,84	Não		
EHF - Empresa Hidroelétrica de Felgueiras	S.A.	763 508,00	374 119,00	49,00	Não		
PTT - Parque Tecnológico do Tâmega	S.A.	50 000,00	5 000,00	10,00	Não		
Águas do Norte	S.A.	111 061 732,00	507 270,00	0,46	Não		
Águas Douro e Paiva	S.A.	20 902 500,00	241 325,00	1,15	Não		
Fundo de Apoio Municipal	OPCDP	417 857 175,00	781 249,50	0,19	Não		
ADER SOUSA - Associação do Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa	ASU			18,64	Não		
AMPV - Associação de Municípios Portugueses do Vinho	AMFE			0,14	Não		
Associação de Municípios do Vale do Sousa	AM			16,67	Não		
Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa	CIFG			9,09	Não		
Turismo do Porto e Norte de Portugal	OQA			1,16	Não		
Associação Nacional de Municípios Portugueses	AM			0,39	Não		
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	AM				Não		

Em conformidade com os critérios e procedimentos definidos, foram elaborados os documentos de consolidação de contas para o grupo autárquico referentes ao ano de 2023, e que se indicam:

- Lançamentos de consolidação e Balanço Consolidado;
- Lançamentos de consolidação e Demonstração de Resultados por Natureza Consolidada;
- Demonstrações consolidadas das alterações no património líquido;
- Mapa de Fluxos de Caixa Consolidados;
- Memória descritiva dos movimentos de consolidação;
- Anexos à Demonstração Financeiras Consolidados;
- Demonstração consolidada do desempenho orçamental;
- Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza.

Recursos Humanos

O grupo autárquico, a 31 de dezembro de 2023, detinha o número de colaboradores ao serviço discriminado no quadro n.º 2.

Quadro 2		Trabalhadores do grupo autárquico
Entidade	N.º de colaboradores	
Município de Felgueiras	808	
ACLEM - Arte, Cultura e Lazer, E.M.	5	
E.P.F. - Ensino Profissional de Felgueiras, E.M.	31	

1.2. PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A ACLEM – Arte Cultura e Lazer, Empresa Municipal, E.M. foi constituída em 2007, e tem como atividade principal promover, apoiar e incentivar a arte, a cultura, o desporto, a educação física e a ocupação dos tempos livres no Município de Felgueiras.

A evolução recente da economia portuguesa tem sido condicionada pelos efeitos do conflito armado na Ucrânia e da tensão armada israelo-palestiniana, que juntos contribuem para o aumento da incerteza geopolítica e a crise energética na Europa, afetando o preço dos bens e serviços.

A incerteza sobre a persistência das pressões inflacionistas, associada quer à duração dos choques que lhe deram origem quer aos fatores de propagação, cria também incerteza sobre o processo de normalização monetária na área do euro. Uma maior persistência da inflação traduzir-se-á num maior aperto da política monetária e das condições de financiamento, com repercussões nas decisões de consumo e de investimento.

A execução eficiente dos projetos abrangidos pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e a implementação das reformas que lhe estão associadas constituem fatores essenciais para a economia portuguesa enfrentar os novos desafios e, assim, providenciar os efeitos multiplicadores sobre a atividade económica e causar impacto sobre o crescimento potencial.

Relativamente ao ano de 2023, registamos o regresso gradual à normalidade na vida social, precedida de dois anos de suspensão superveniente da atividade cultural, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, que direcionou a estratégia da ACLEM para o desenvolvimento e conclusão de uma política de investimento assente no equipamento, conservação e reparação dos equipamentos culturais, designadamente:

- “Casa das Artes” – Concluiu-se o plano de conservação e reparação das patologias existentes, identificadas durante o processo de fiscalização das últimas obras realizadas e que se encontravam em situação de litígio. No ano de 2023 o edifício foi abrangido com uma intervenção na fachada e no interior, nomeadamente, no sistema AVAC;
- “Café-Concerto” – Concluiu-se o plano de conservação e reparação das patologias existentes, identificadas durante o processo de fiscalização das últimas obras realizadas. O edifício foi alvo de obras de beneficiação do interior e do exterior;
- “Casa das Torres” – Atividade assegurada pelo Município de Felgueiras, através da exploração da Loja Interativa de Turismo e pela cedência de salas ao CETS. O edifício foi intervencionado, melhorando-se as condições da fachada e do jardim;
- “Café do Parque” – Realizadas intervenções no sistema AVAC e de melhoria das condições do edifício;

- “Escola Adães Bermudes” – Conclusão do projeto expositivo “Felgueiras – Passado, presente e futuro”, tendo sido dotada de uma estrutura que permite manter a exposição em permanência.

Face às intervenções descritas nos edifícios supramencionados, a atividade cultural da ACLEM no ano de 2023 foi desenvolvida em colaboração com as instituições e os atores individuais locais, o desenvolvimento dos círculos de dinamização temáticos e participação na realização das atividades estruturantes, em parceria com o Município de Felgueiras, onde se destacam entre outras iniciativas, o “Natal na Praça”, a “Páscoa na Praça”, “Praça Das Artes”.

Destaca-se, ainda, o início do desenvolvimento do website da ACLEM, E.M., tendo em vista difundir a informação da atividade cultural da empresa municipal, com uma presença ativa nas redes sociais, através do Facebook e Instagram.

No ano 2023 foram efetuados os investimentos seguintes: edifícios e outras construções no montante de 192.331,87 €; equipamento básico no montante de 106.045,70 €; equipamento administrativo no montante de 5.990,00€; outros ativos fixos tangíveis no montante de 16.017,00 €; programa de software no valor de 5.269,56 €.

No que concerne às demonstrações financeiras de 2023, a empresa registou um Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento) positivos, no montante de 147.731,69 € e Resultados Antes de Impostos positivos no montante de 139.862,45 €. O Resultado Líquido da empresa em 2023 é positivo, no valor de 106.852,74 €.

Conforme é evidenciado na nota 2.2. do anexo às demonstrações financeiras e no documento da Certificação Legal de Contas, no decorrer no do exercício a Entidade procedeu ao ajustamento da política de depreciações, adotando a vida útil definida no Classificador Complementar 2 (CC2), do Decreto-Lei n.º 192/2015, para a depreciação dos seus ativos fixos tangíveis. Desta alteração resultou um ajustamento positivo, no valor de 55.953 €, tendo o mesmo sido registado na rubrica de resultados transitados. Com a adoção do SNC-AP a Entidade passou igualmente a reconhecer os passivos por impostos diferidos, relacionados com os subsídios ao investimento. A Entidade procedeu à reexpressão das contas de 2022 que servem de comparativo ao Balanço.

Relativamente às demonstrações orçamentais da ACLEM, E.M., a demonstração de execução orçamental da receita, evidencia um total de receita cobrada de líquida de 867.772,61 € (taxa de execução de 95,04%), enquanto a demonstração de execução orçamental da despesa, apresenta um total de despesa paga líquida de reposições de 624.295,79 € (Taxa de execução de 84,86%). A demonstração de execução do Plano Plurianual de Investimento, revela um total de despesas de investimento de 337.017,46 €, correspondente a uma taxa de execução de 91,64%.

A E.P.F. – Ensino Profissional de Felgueiras, E.M., foi constituída em julho de 1999, tem como atividade principal ministrar cursos profissionais e cursos de natureza profissionalizante. O capital social é representado por 1 quota, com valor nominal de 376.000,00 Euros pertencente ao Município Felgueiras, NIF 510 091 823. O capital social encontra-se realizado na totalidade.

Os principais desafios colocados à Gestão, nomeadamente, o já referido impacto económico da subida generalizada dos preços dos bens e serviços provocado pelos conflitos armados na Ucrânia e Israelo/Palestino; os atrasos na resposta aos pedidos de reembolso (quanto à análise e validação da despesa executada/paga) por parte do POCH – C. Profissionais e da ANQEP – Centro Qualifica; o atraso na abertura das candidaturas – Cursos Profissionais; a presença de um elevado número de aluno com necessidades educativas especiais; o número reduzido de alunos inscritos nas turmas do 1º ano, entre outros de maior ou menor expressão, não impediram a EPF, E.M. de atingir os objetivos formativos previstos e alcançar, destacando-se as excelentes taxas de execução dos projetos; as admiráveis taxas de conclusão dos alunos; a manutenção da reduzida taxa de desistência dos alunos; a aprovação de novas candidaturas, no âmbito dos Programas de Mobilidade Erasmus+; a criação do Gabinete de Intervenção Psicoeducativa; a aprovação e respetiva autorização de funcionamento de um Curso de Especialização Tecnológica, nível V, na área da Robótica, Automação e Controlo Industrial; a renovação do Selo EQAVET e, simultaneamente a revisão do Projeto Educativo da EPF.

No ano 2023 a atividade formativa é caracterizada pela execução de projetos cofinanciados a 100% pelo Programa Operacional Potencial Humano, nomeadamente os seguintes:

- Na tipologia 1.2 - Cursos Profissionais, um projeto, abrangendo 12 turmas/ações e 211 alunos. O volume de formação anual médio nesta tipologia, ronda as 258.485 horas de formação;
- Na tipologia 2.1 - Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, um projeto do Centro Qualifica, abrangendo mais de 500 adultos em 2023.

A EPF conseguiu cumprir um vasto e diversificado conjunto de atividades e projetos previstos no âmbito do seu Plano Anual de Atividades, destacando-se a participação em concursos nacionais e internacionais, visitas de estudo, sessões formativas, entre outras. Destacam-se as atividades seguintes:

- “Sou empreendedor”, Concurso de Ideias, promovido pelo Município de Felgueiras;
- 31ª Edição do Concurso Nacional de Jovens Cientistas com o projeto *All Out*;
- Na área da Robótica, a EPF estava presente na Roboparty 2023, em Guimarães;
- Festival Nacional de Robótica em Tomar, com a participação de quatro equipas;
- Competição Internacional, Robocup 2023;
- No âmbito da FeelTek, a Escola Profissional de Felgueiras promoveu a 1ª Corrida de Barcos Solares, EPF *Green Boat*;

- Na área do Empreendedorismo, as alunas Lara Dias, Maria Coelho e Marta Martins de Gestão e os alunos Nuno Monteiro e Marco Pinto de Eletrónica desenvolveram o projeto All Out e com o qual participaram no concurso de ideias IOT, promovido pelo CTCP, tendo alcançado o 1º lugar a nível nacional;
- 31º Concurso Nacional Jovens Cientistas;
- Feeltek/Jornadas Técnicas.

Destaque, ainda, para a realização de sessões formativas, em parceria com outras entidades, e visitas de estudo programadas.

Em 2023 a Escola manteve a sua aposta num ensino de qualidade e de exigência. Consolidando a sua reputação, de escola profissional de excelência, os procedimentos de âmbito pedagógico desenvolvidos pela EPF foram enquadrados no âmbito do Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para a Educação e Formação Profissionais (EQAVET).

Foi mais um ano exigente de trabalho, em que a escola conseguiu planear e cumprir um vasto e diversificado conjunto de atividades e projetos. A sua proatividade e espírito empreendedor traduziram-se em resultados encorajadores e elogiosos para a instituição formativa.

Independentemente das condicionantes financeiras e operacionais, e EPF tem sido administrada de acordo com os princípios de qualidade e boas práticas de gestão, com máxima contenção da despesa, colocando sempre em primeiro lugar o cumprimento da atividade pedagógica nas suas diversas vertentes.

Em 2023 a empresa apresentou Resultados Operacionais (antes de gastos de financiamento) negativos, no montante de 203.138,02 € e Resultados Antes de Impostos negativos, no montante de 203.853,07 €. O Resultado Líquido da empresa em 2023 é negativo, no valor de 204.897,26 €.

Analisando o Balanço, observa-se um “aumento” do Património Líquido comparativamente com o exercício anterior, no valor de 1.141.301,31€, consequência do reconhecimento do subsídio ao investimento no valor de 1 186 224,47€, deduzido do prejuízo do exercício 204.897,26€, e pelo reconhecimento do valor a receber do município relativo aos prejuízos de 2013 e 2014, no seguimento da recomendação do Tribunal de Contas, no valor de 159 974,10 €.

O resultado líquido negativo deve-se ao não reconhecimento da Comparticipação Pública Nacional dos projetos cofinanciados pelo POCH/PESSOAS2030 plurianais de 2022/2023 e 2023/2024, consequência da não celebração do Contrato Programa relativo a 2023.

Por outro lado, regista-se o aumento do passivo, devido, essencialmente, à rubrica financiamentos obtidos, resultado do empréstimo concedido pela DGEST - Resolução do Conselho de Ministros n.º 173/2023, que surgiu no âmbito da medida temporária de financiamento dos cursos profissionais para o ano letivo em curso, pela via do Orçamento do Estado, correspondente ao adiantamento de 30%, por referência aos montantes aprovados nas candidaturas do ano anterior.

As contas a pagar a Fornecedores e Estado e Outros Entes Públicos totalizam um saldo de 219.442,88€, registando-se um acréscimo relativamente a 2022, no montante de 138.523,82€. Apesar da entidade ter liquidez a 31 de dezembro, os saldos de fornecedores em aberto não estavam vencidos, pelo que não foram pagos. O 4º trimestre teve um acréscimo de despesa, nomeadamente, na rubrica de trabalhos especializados, destacando-se as despesas com serviços de auditoria, da certificação/Selo EQAVET e as despesas com o projeto de execução - arquitetura, especialidades e assistência técnica a obra, no âmbito da candidatura aprovada para a criação do CTE da EPF.

As demonstrações orçamentais da Entidade, compreendem a demonstração de desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita que apresenta um total de receita cobrada líquida de 2.237.698,64€ (taxa de execução de 90,09%), a demonstração da execução orçamental das despesas que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 1.635.663,07€ (taxa de execução de 67,51%) e a demonstração da execução do plano plurianual de investimentos, no total de 26.080,96€.

1.3. CONTAS CONSOLIDADAS

O método de consolidação adotado na consolidação de contas do Município de Felgueiras foi o de consolidação integral, o qual consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante os elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas.

Através da análise do balanço pretende-se retratar a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património do Grupo Municipal à data de encerramento do exercício de 2023, dando a conhecer, por um lado, o Ativo do Grupo Municipal, constituído pelos seus bens e direitos, e por outro lado, o Capital Próprio do Grupo e as obrigações constituído pelo Passivo.

O quadro que se segue apresenta os valores do Balanço Consolidado, Dívidas a Terceiros e Resultado Líquido, que permitem verificar o forte peso do Município de Felgueiras no total do Grupo Municipal.

Quadro 3	Grupo municipal		Município		Município (%)	
	2022	2023	2022	2023	2022	2023
Total do Balanço	209 677 412,42 €	227 741 861,37 €	202 956 389,45 €	218 422 479,70 €	97%	96%
Dívidas a Terceiros	24 683 980,50 €	25 410 508,90 €	24 123 021,19 €	24 094 955,62 €	98%	95%
Resultado Líquido	2 125 519,09 €	3 203 418,92 €	1 876 650,75 €	2 570 655,80 €	88%	80%

As demonstrações financeiras devem permitir uma análise comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa deve ser incluída na informação narrativa e descritiva a constar em nota às demonstrações financeiras quando for relevante para a compreensão das demonstrações financeiras do período corrente. A informação comparativa foi divulgada em observação ao período anterior para as quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

A dívidas a terceiros de 2023 em termos de SNC-AP compreendem os seguintes itens:

Quadro 4	Valores (€)
Financiamentos obtidos - M/L prazo	9 911 646,16 €
Fornecedores	2 848 871,75 €
Estado e outros entes públicos	528 602,55 €
Financiamentos obtidos - C/prazo	1 346 550,35 €
Fornecedores de investimentos	24 252,12 €
Outras contas a pagar	10 750 585,97 €
TOTAL	25 410 508,90

1.4. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

A invasão da Ucrânia no final do mês de fevereiro do ano 2022 e a prorrogação no tempo do conflito armado, teve impactos devastadores que afetaram as entidades a nível global, gerando um elevado grau de incerteza, que se prolongaram durante o ano de 2023, e mantêm no ano em curso. Os impactos devem ser revistos regularmente tendo em consideração a imprevisibilidade da duração e consequências da guerra.

O agravamento do conflito israelo-palestiniano, poderá afetar a produção e exportação de petróleo, porque naquela região existem fornecedores cruciais de energia e uma passagem marítima fundamental, pondo em causa a economia Mundial que ainda está a recuperar a inflação causada pela invasão da Ucrânia por parte da Rússia no ano passado, que fez subir os preços da energia em todo o Mundo.

Por outro lado, a tensão crescente entre a China e Taiwan, e o eventual envolvimento dos Estados Unidos na crise, poderá ter um impacto económico relevante, dado que Taiwan é o maior produtor de semicondutores mundial usados na produção de chips (um componente essencial na produção de alta tecnologia, incluindo sistemas de inteligência artificial), setor que já está em crise e afeta o mundo todo.

A existência simultânea de conflitos em diferentes continentes, configuram um enquadramento internacional que intensificam o clima de incerteza instalado nos meses anteriores, pelas implicações económicas e financeiras relevantes na atividade e gestão das instituições.

Estes acontecimentos desfavoráveis mantêm-se após data de relato de 31 de dezembro de 2023, e, portanto, os factos descritos não são suscetíveis de modificar as demonstrações financeiras.

A entrega intempestiva das contas consolidadas do presente exercício pelo Município de Felgueiras é o resultado do atraso verificado na aprovação das contas individuais pela Assembleia Geral da empresa municipal, Ensino Profissional de Felgueiras, E.M., Unipessoal, Lda., motivado pela morosidade na publicação do Aviso e apreciação das candidaturas para financiamento do ano letivo 2023/2024 dos Cursos Profissionais. A candidatura foi submetida ao abrigo do programa PESSOAS 2030, no âmbito da publicação do Aviso de abertura de concurso que, excecionalmente, só ocorreu no mês de março de 2024. A EPF, E.M., na sequência da receção da comunicação da decisão de aprovação da candidatura apresentada, assinou o Termo de Aceitação no dia 12 de agosto de 2024.

Este acontecimento, alheio à vontade da Ensino Profissional de Felgueiras, E.M., Unipessoal, Lda., e do Município de Felgueiras, implicou a realização de um movimento contabilístico registado nas contas individuais de 2023 do Município de Felgueiras, relativo à estimativa de cobertura de prejuízos da EPF, E.M., no montante de 570.833,54€, tendo por base as contas provisórias daquela Escola Profissional. As rubricas afetadas pela referida estimativa são, no Balanço “Passivo” – “Outras Contas a Pagar” e na Demonstração dos Resultados “Resultado líquido do período” – “Transferências e subsídios correntes obtidos”. Na sequência das assinatura do termo de aceitação, a EPF,E.M. realizou o reconhecimento de um rédito no período de 2023 que consequentemente alterou o montante de cobertura de prejuízo apresentado nas contas provisórias, sendo o valor final da cobertura de prejuízos de 204.897,26€.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Felgueiras, 13 de setembro de 2024

Presidente da Câmara Municipal



2. Demonstrações financeiras consolidadas

2.1. Balanço consolidado

(avançar para a página seguinte)

Rubricas	Notas	Datas	
		2023	2022
ATIVO			
Ativo não corrente		203 085 231,71 €	188 472 560,46 €
Ativos fixos tangíveis	5	200 738 796,26 €	186 161 174,88 €
Propriedades de investimento		0,00 €	0,00 €
Ativos intangíveis	3	396 007,30 €	361 317,87 €
Participações financeiras	18.1 A	1 947 582,90 €	1 946 461,07 €
Outros ativos financeiros	18.1 A	2 845,25 €	3 606,64 €
Clientes, contribuintes e utentes		0,00 €	0,00 €
Outras contas a receber		0,00 €	0,00 €
Ativo corrente		24 656 629,66 €	21 204 851,96 €
Inventários	10	239 269,23 €	184 131,33 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18.1 B	2 224 538,51 €	2 128 358,85 €
Clientes, contribuintes e utentes	18.1 B	2 078 235,02 €	1 337 261,28 €
Estado e outros entes públicos	18.1 B	10 452,03 €	70 281,81 €
Outras contas a receber	18.1 B	11 395 548,94 €	9 370 114,32 €
Diferimentos	18.1 B	211 363,81 €	60 066,84 €
Caixa e depósitos	1	8 497 222,12 €	8 054 637,53 €
Total Ativo		227 741 861,37 €	209 677 412,42 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido		192 158 023,31 €	181 538 968,54 €
Património/Capital	18.2	182 550 351,49 €	182 550 351,49 €
Ações (quotas) próprias		0,00 €	0,00 €
Reservas	18.2	3 954 022,14 €	3 856 491,69 €
Resultados transitados	18.2	-54 059 895,16 €	-56 419 698,37 €
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00 €	0,00 €
Excedentes de revalorização		0,00 €	0,00 €
Outras variações no património líquido	18.2	56 510 125,92 €	49 426 304,64 €
Resultado líquido do período	18.2	3 203 418,92 €	2 125 519,09 €
Interesses que não controlam		0,00 €	0,00 €
Total Património Líquido		192 158 023,31 €	181 538 968,54 €
PASSIVO			
Passivo não corrente		23 453 113,19 €	16 499 447,17 €
Provisões	15	1 548 952,36 €	1 214 327,66 €
Financiamentos obtidos	7	9 911 646,16 €	7 664 580,85 €
Diferimentos	18.3	6 083 688,42 €	1 131 363,38 €
Outras contas a pagar	18.3	5 908 826,25 €	6 489 175,28 €
Passivo corrente		12 130 724,87 €	11 638 996,71 €
Fornecedores	18.3	2 848 871,75 €	5 056 018,08 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	18.3	450 000,02 €	0,00 €
Estado e outros entes públicos	18.3	528 602,55 €	406 963,33 €
Financiamentos obtidos	7	1 346 550,35 €	884 717,31 €
Fornecedores de investimentos	18.3	24 252,12 €	106 029,82 €
Outras contas a pagar	18.3	4 841 759,72 €	4 076 495,83 €
Diferimentos	18.3	2 090 688,36 €	1 108 772,34 €
Total Passivo		35 583 838,06 €	28 138 443,88 €
Total Património Líquido e Passivo		227 741 861,37 €	209 677 412,42 €

	Município de Felgueiras		ACLEM		EPF		Soma 2023		Movimentos de consolidação				Consolidado 2023					
	2023		2023		2023		2023		Município de Felgueiras		ACLEM		EPF		TOTAL		Observações	
Ativo Não Corrente	197 418 654,41 €	8 021 196,01 €	154 544,46 €	205 594 396,88 €	-2 509 165,17 €	0,00 €	-2 509 165,17 €	203 085 231,71 €										
Ativos fixos tangíveis	192 571 022,22 €	8 015 229,94 €	152 544,10 €	200 738 796,26 €	0,00 €	0,00 €	200 738 796,26 €	200 738 796,26 €										
Propriedades de investimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €										
Ativos intangíveis	390 884,12 €	5 123,18 €	0,00 €	396 007,30 €	0,00 €	0,00 €	396 007,30 €	396 007,30 €										
Ativos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €										
Participações financeiras	4 456 748,07 €			4 456 748,07 €	-2 509 165,17 €		-2 509 165,17 €	1 947 582,90 €										
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	0,00 €			0,00 €			0,00 €	0,00 €										
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00 €			0,00 €			0,00 €	0,00 €										
Diferimentos	0,00 €	844,89 €	2 000,36 €	2 845,25 €			2 845,25 €	2 845,25 €										
Outros ativos financeiros	0,00 €			0,00 €			0,00 €	0,00 €										
Ativos por impostos diferidos	0,00 €			0,00 €			0,00 €	0,00 €										
Clientes, contribuintes e utentes	0,00 €			0,00 €			0,00 €	0,00 €										
Outras contas a receber	0,00 €			0,00 €			0,00 €	0,00 €										
Ativo Corrente	21 003 825,29 €	353 062,03 €	3 299 742,34 €	24 656 626,66 €	0,00 €	0,00 €	24 656 626,66 €	24 656 626,66 €										
Inventários	238 105,72 €		1 163,51 €	239 269,23 €			239 269,23 €	239 269,23 €										
Ativos biológicos	0,00 €			0,00 €			0,00 €	0,00 €										
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	2 224 538,51 €			2 224 538,51 €			2 224 538,51 €	2 224 538,51 €										
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0,00 €			0,00 €			0,00 €	0,00 €										
Clientes, contribuintes e utentes	2 078 070,37 €	164,65 €	764,81 €	2 078 235,02 €			2 078 235,02 €	2 078 235,02 €										
Estado e outros entes públicos	0,00 €	9 687,22 €		10 452,03 €			10 452,03 €	10 452,03 €										
Acionistas/sócios/associados	0,00 €			0,00 €			0,00 €	0,00 €										
Outras contas a receber	8 615 620,51 €	87 449,81 €	2 692 478,62 €	11 395 548,94 €			11 395 548,94 €	11 395 548,94 €										
Diferimentos	195 789,43 €	12 283,55 €	3 299,83 €	211 363,81 €			211 363,81 €	211 363,81 €										
Ativos financeiros detidos para negociação	0,00 €			0,00 €			0,00 €	0,00 €										
Outros ativos financeiros	0,00 €			0,00 €			0,00 €	0,00 €										
Ativos não correntes detidos para venda	7 661 709,75 €	243 476,80 €	602 036,57 €	8 497 222,12 €			8 497 222,12 €	8 497 222,12 €										
Caixa e depósitos	218 422 479,70 €	8 374 260,04 €	3 454 286,80 €	230 251 026,54 €	-2 509 165,17 €	0,00 €	-2 509 165,17 €	227 741 861,37 €										
TOTAL DO ATIVO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	218 422 479,70 €	8 374 260,04 €	3 454 286,80 €	230 251 026,54 €	-2 509 165,17 €	0,00 €	-2 509 165,17 €	227 741 861,37 €										
Património/Capital	182 550 351,49 €	2 134 287,00 €	376 000,00 €	185 060 638,49 €	-2 134 287,00 €	-376 000,00 €	-2 510 287,00 €	182 550 351,49 €										
Ações (quotas) próprias	0,00 €			0,00 €			0,00 €	0,00 €										
Outros instrumentos de capital próprio	0,00 €			0,00 €			0,00 €	0,00 €										
Prémios de emissão	0,00 €			0,00 €			0,00 €	0,00 €										
Reservas	3 923 727,55 €	19 424,00 €	10 870,59 €	3 954 022,14 €			3 954 022,14 €	3 954 022,14 €										
Resultados transferidos	-55 712 328,15 €	16 231,86 €	168 256,44 €	-55 527 839,85 €	1 467 944,69 €		1 467 944,69 €	-54 059 895,16 €										
Ajustamentos em ativos financeiros	0,00 €			0,00 €			0,00 €	0,00 €										
Excedentes de revalorização	0,00 €			0,00 €			0,00 €	0,00 €										
Outras variações no património líquido	51 978 837,97 €	3 345 063,48 €	1 186 224,47 €	56 510 125,92 €			56 510 125,92 €	56 510 125,92 €										
Resultado líquido do período	2 570 655,80 €	106 852,74 €	-204 897,26 €	2 472 611,28 €	1 215 175,08 €	-411 212,44 €	730 807,64 €	3 203 418,92 €										
Dividendos antecipados	0,00 €			0,00 €			0,00 €	0,00 €										
Interesses que não controlam	0,00 €			0,00 €			0,00 €	0,00 €										
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO PASSIVO	185 311 244,66 €	5 621 859,08 €	1 536 454,24 €	192 469 557,98 €	-2 509 165,17 €	-449 155,00 €	-311 534,67 €	192 158 023,31 €										
Passivo não corrente	22 310 445,85 €	1 142 687,34 €	0,00 €	23 453 133,19 €	0,00 €	0,00 €	23 453 133,19 €	23 453 133,19 €										
Provisões	4 367 107,78 €	1 822,58 €		4 368 930,36 €			4 368 930,36 €	4 368 930,36 €										
Financiamentos obtidos	9 698 196,38 €	253 489,78 €		9 951 686,16 €			9 951 686,16 €	9 951 686,16 €										
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	0,00 €			0,00 €			0,00 €	0,00 €										
Diferimentos	6 083 688,22 €			6 083 688,22 €			6 083 688,22 €	6 083 688,22 €										
Fornecedores	5 021 493,27 €	987 334,98 €		6 008 828,25 €			6 008 828,25 €	6 008 828,25 €										
Outros contratos a pagar	10 800 786,19 €	1 609 733,62 €	1 917 832,56 €	14 328 352,37 €	-730 807,64 €	-1 466 822,86 €	-2 197 830,50 €	12 130 724,87 €										
Passivo corrente	0,00 €			0,00 €			0,00 €	0,00 €										
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	2 643 721,27 €	35 300,40 €	169 850,08 €	2 848 871,75 €			2 848 871,75 €	2 848 871,75 €										
Fornecedores	450 000,02 €			450 000,02 €			450 000,02 €	450 000,02 €										
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	437 813,18 €	42 930,87 €	47 888,50 €	528 632,55 €			528 632,55 €	528 632,55 €										
Estado e outros entes públicos	0,00 €			0,00 €			0,00 €	0,00 €										
Acionistas/sócios/associados	806 349,41 €	25 000,00 €	425 200,94 €	1 346 550,35 €			1 346 550,35 €	1 346 550,35 €										
Financiamentos obtidos	22 517,82 €			24 292,12 €			24 292,12 €	24 292,12 €										
Outros contratos a pagar	5 414 906,29 €	39 679,49 €	117 981,58 €	5 572 567,36 €	-730 807,64 €		-730 807,64 €	4 841 759,72 €										
Diferimentos	935 481,20 €	1 466 822,86 €	1 185 207,16 €	3 587 511,22 €	-1 466 822,86 €		-1 466 822,86 €	2 090 688,36 €										
Passivos financeiros detidos para negociação	0,00 €			0,00 €			0,00 €	0,00 €										
Outros passivos financeiros	0,00 €			0,00 €			0,00 €	0,00 €										
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO	33 111 235,04 €	2 752 400,96 €	1 917 832,56 €	37 781 468,56 €	-730 807,64 €	0,00 €	-2 197 830,50 €	35 583 638,06 €										
	218 422 479,70 €	8 374 260,04 €	3 454 286,80 €	230 251 026,54 €	1 952 312,13 €	-4 012 322,30 €	-2 509 165,17 €	227 741 861,37 €										

2.2. Demonstração consolidada de resultados por natureza

(avançar para a página seguinte)

Rubricas	Notas	Datas	
		2023	2022
Impostos, contribuições e taxas	14	12 694 551,01 €	10 535 423,19 €
Vendas	13	2 424 610,76 €	2 292 584,62 €
Prestações de serviços e concessões	13	6 304 082,68 €	5 919 634,02 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	24 206 003,93 €	21 921 093,78 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00 €	0,00 €
Variações nos inventários da produção		0,00 €	0,00 €
Trabalhos para a própria entidade		0,00 €	0,00 €
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	10	-563 516,10 €	-1 814 648,82 €
Fornecimentos e serviços externos	23.1	-18 088 811,87 €	-13 376 776,18 €
Gastos com pessoal	19	-16 942 524,49 €	-14 746 517,34 €
Transferências e subsídios concedidos	23.2	-3 816 086,84 €	-4 440 771,56 €
Prestações sociais		0,00 €	0,00 €
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)		0,00 €	-103 031,93 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	132 159,73 €	-154 474,25 €
Provisões (aumentos/reduções)	15	-334 624,70 €	202 328,22 €
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00 €	203 415,58 €
Aumentos/reduções de justo valor	18.1	-5 000,00 €	0,00 €
Outros rendimentos	13/14	5 169 845,63 €	2 713 139,63 €
Outros gastos	5	-316 274,34 €	-223 280,01 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		10 864 415,40 €	8 928 118,95 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3/5	-7 201 189,14 €	-6 735 152,51 €
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		3 663 226,26 €	2 192 966,44 €
Nora			
Juros e rendimentos similares obtidos	13	19 573,18 €	25 815,45 €
Juros e gastos similares suportados	7	-445 326,62 €	-82 780,15 €
Resultado antes de impostos		3 237 472,82 €	2 136 001,74 €
Imposto sobre o rendimento		-34 053,90 €	-10 482,65 €
Resultado líquido do período		3 203 418,92 €	2 125 519,09 €

RENDIMENTOS E GASTOS	Município de Felgueiras	ACLEIM	EPF	Soma 2023	Movimentos de consolidação				Consolidado 2023
					Município de Felgueiras	ACLEIM	EPF	TOTAL	
Impostos, contribuições e taxas	12 694 551,01 €	0,00 €		12 694 551,01 €				0,00 €	12 694 551,01 €
Vendas	2 424 610,76 €	0,00 €		2 424 610,76 €				0,00 €	2 424 610,76 €
Prestações de serviços e concessões	6 304 082,68 €	0,00 €		6 304 082,68 €				0,00 €	6 304 082,68 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	22 948 809,73 €	385 000,00 €	1 329 149,20 €	24 662 968,93 €	-385 000,00 €	-71 955,00 €		-456 955,00 €	24 206 003,93 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00 €			0,00 €				0,00 €	0,00 €
Variações nos inventários da produção	0,00 €	0,00 €		0,00 €				0,00 €	0,00 €
Trabalhos para a própria entidade	0,00 €	0,00 €		0,00 €				0,00 €	0,00 €
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	-557 391,19 €	0,00 €	-6 124,91 €	-563 516,10 €				0,00 €	-563 516,10 €
Fornecimentos e serviços externos	-17 354 202,99 €	-106 899,92 €	-653 921,40 €	-18 115 024,31 €	26 212,44 €			26 212,44 €	-18 088 811,87 €
Gastos com pessoal	-15 987 588,10 €	-123 840,52 €	-831 095,87 €	-16 942 524,49 €				0,00 €	-16 942 524,49 €
Transferências e subsídios concedidos	-5 005 049,48 €	0,00 €		-5 005 049,48 €	1 188 962,64 €			1 188 962,64 €	-3 816 086,84 €
Prestações sociais	0,00 €	0,00 €		0,00 €				0,00 €	0,00 €
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	0,00 €	0,00 €		0,00 €				0,00 €	0,00 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	135 542,22 €	-3 382,49 €		132 159,73 €				0,00 €	132 159,73 €
Provisões (aumentos/reduções)	-334 624,70 €	0,00 €		-334 624,70 €				0,00 €	-334 624,70 €
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00 €	0,00 €		0,00 €				0,00 €	0,00 €
Aumentos/reduções de justo valor	-5 000,00 €	0,00 €		-5 000,00 €				0,00 €	-5 000,00 €
Outros rendimentos	4 990 196,78 €	192 247,86 €	14 811,43 €	5 197 256,07 €				-27 412,44 €	5 169 845,63 €
Outros gastos	-310 689,14 €	-2 697,04 €	-2 888,16 €	-316 274,34 €				0,00 €	-316 274,34 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	9 943 249,58 €	340 427,89 €	-150 069,71 €	10 133 607,76 €				0,00 €	10 864 415,40 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-6 955 423,83 €	-192 696,20 €	-53 069,11 €	-7 201 189,14 €				0,00 €	-7 201 189,14 €
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00 €			0,00 €				0,00 €	0,00 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	2 987 825,75 €	147 731,69 €	-203 138,82 €	2 932 418,62 €				0,00 €	3 663 226,26 €
Juros e rendimentos similares obtidos	19 573,18 €			19 573,18 €				0,00 €	19 573,18 €
Juros e gastos similares suportados	-436 743,13 €	-7 869,24 €	-714,25 €	-445 326,62 €				0,00 €	-445 326,62 €
Resultado antes de impostos	2 570 655,80 €	139 862,45 €	-203 853,07 €	2 506 665,18 €				0,00 €	3 237 472,82 €
Imposto sobre o rendimento		-33 009,71 €	-1 044,19 €	-34 053,90 €				0,00 €	-34 053,90 €
Resultado líquido do período	2 570 655,80 €	106 852,74 €	-204 897,26 €	2 472 611,28 €	-411 212,44 €	-73 155,00 €		730 807,64 €	3 203 418,92 €

**2.3. Demonstração consolidada das alterações no património líquido
(DAPL) de 2023 e 2022**

(avançar para a página seguinte)

DAPL - Demonstração consolidada das alterações no património líquido do período findo de dezembro de 2023

Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla											Interesses que não controlam	Total do património líquido
		Capital / Património subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL		
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO		182.550.351,49 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3.856.491,69 €	-56.419.698,37 €	0,00 €	0,00 €	49.426.304,64 €	2.125.519,09 €	181.538.968,54 €	0,00 €	181.538.968,54 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3.697,91 €	126.208,75 €	0,00 €	0,00 €	5.422.532,78 €	-2.125.519,09 €	3.426.920,35 €	0,00 €	3.426.920,35 €
Alterações de políticas contabilísticas		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	55.959,41 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	55.959,41 €	0,00 €	55.959,41 €
Realização do excedente de revalorização		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Transferências e subsídios de capital		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5.904.881,99 €	0,00 €	5.904.881,99 €	0,00 €	5.904.881,99 €
Correção de erros materiais		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3.697,91 €	70.249,34 €	0,00 €	0,00 €	-482.349,21 €	-2.125.519,09 €	-2.533.921,05 €	0,00 €	-2.533.921,05 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3.203.418,92 €	3.203.418,92 €	0,00 €	3.203.418,92 €
RESULTADO INTEGRAL		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3.697,91 €	126.208,75 €	0,00 €	0,00 €	5.422.532,78 €	1.077.899,83 €	6.630.339,27 €	0,00 €	6.630.339,27 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	93.832,54 €	2.233.594,46 €	0,00 €	0,00 €	1.661.288,50 €	0,00 €	3.988.715,50 €	0,00 €	3.988.715,50 €
Subscrições de capital/património		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Entradas para cobertura de perdas		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	159.974,10 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	159.974,10 €	0,00 €	159.974,10 €
Outras operações		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	93.832,54 €	2.073.620,36 €	0,00 €	0,00 €	1.661.288,50 €	0,00 €	3.828.741,40 €	0,00 €	3.828.741,40 €
Subscrições de prémios de emissão		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO		182.550.351,49 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3.954.022,14 €	-54.059.895,16 €	0,00 €	0,00 €	56.510.125,92 €	3.203.418,92 €	192.158.023,31 €	0,00 €	192.158.023,31 €

DAPL -Demonstração consolidada das alterações no património líquido do período findo de dezembro de 2022

Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla													Interesses que não controlam	Total do património líquido
		Capital / Património subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrum. de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL			
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO		182 550 274,69 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 529 314,38 €	1 322 775,31 €	-49 866 961,16 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	42 086 868,18 €	-6 013 961,23 €	172 608 310,17 €	0,00 €	172 608 310,17 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO		76,80 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 402,00 €	0,00 €	-6 552 737,21 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7 339 436,46 €	6 013 961,23 €	6 805 139,28 €	0,00 €	6 805 139,28 €
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Alterações de políticas contabilísticas		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Realização do excedente de revalorização		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Transferências e subsídios de capital		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7 339 436,46 €	0,00 €	7 339 436,46 €	0,00 €	7 339 436,46 €
Correção de erros materiais		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		76,80 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 402,00 €	0,00 €	-6 552 737,21 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6 013 961,23 €	-534 297,18 €	0,00 €	-534 297,18 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO													2 125 519,09 €	2 125 519,09 €	0,00 €	2 125 519,09 €
RESULTADO INTEGRAL													2 125 519,09 €	2 125 519,09 €	0,00 €	2 125 519,09 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																
Subscrições de capital/património		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Entradas para cobertura de perdas		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras operações		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subscrições de prémios de emissão		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO		182 550 351,49 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 533 716,38 €	1 322 775,31 €	-56 419 698,37 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	49 426 304,64 €	2 125 519,09 €	181 538 968,54 €	0,00 €	181 538 968,54 €

2.4. Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

(avançar para a página seguinte)

Rubricas	Notas	Datas	
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		8 069 832,29 €	9 038 217,97 €
Recebimentos de contribuintes		10 797 714,86 €	9 713 948,39 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		24 180 865,77 €	22 225 573,49 €
Recebimentos de utentes		1 190 514,04 €	733 458,08 €
Pagamentos a fornecedores		-17 585 174,46 €	-11 666 349,95 €
Pagamentos ao pessoal		-16 403 430,52 €	-14 707 758,72 €
Pagamentos a contribuintes / Utentes		0,00 €	0,00 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-5 067 681,81 €	-4 539 795,96 €
Pagamentos de prestações sociais		-32 021,38 €	0,00 €
Caixa gerada pelas operações		5 150 618,79 €	10 797 293,30 €
Pagamento do imposto sobre o rendimento		-8 279,76 €	0,00 €
Outros recebimentos/pagamentos		-347 491,22 €	-1 753 681,13 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		4 794 847,81 €	9 043 612,17 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-15 164 980,76 €	-18 361 125,63 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		-81 737,58 €	-238 404,48 €
Pagamentos - Investimentos financeiros		-324,96 €	-75,88 €
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		3 684 000,25 €	2 389 325,00 €
Recebimentos - Ativos intangíveis		0,00 €	0,00 €
Recebimentos - Propriedades de Investimento		0,00 €	0,00 €
Recebimentos - Investimentos financeiros		167,81 €	0,00 €
Recebimentos - Outros ativos		0,00 €	0,00 €
Recebimentos - Subsídios ao investimento		165 788,65 €	0,00 €
Recebimentos - Transferências de capital		6 484 952,90 €	0,00 €
Recebimentos - Juros e rendimentos similares		0,00 €	0,00 €
Recebimentos - Dividendos		0,00 €	6 306 009,35 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-4 912 133,69 €	-9 904 271,64 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos		1 786 181,59 €	1 564 637,50 €
Recebimentos - Outras operações de financiamento		10 077,68 €	340 999,18 €
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-874 719,30 €	-1 435 310,93 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-361 669,50 €	-117 109,29 €
Pagamentos - Outras operações de financiamento		0,00 €	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		559 870,47 €	353 216,46 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)			
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		8 054 637,53 €	8 562 080,54 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		8 497 222,12 €	8 054 637,53 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		8 054 637,53 €	8 562 080,54 €
Saldo da gerência anterior (SGA)		8 054 637,53 €	8 562 080,54 €
SGA De execução orçamental		5 921 168,54 €	6 985 050,15 €
SGA De operações de tesouraria		2 133 468,99 €	1 577 030,39 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	1	8 497 222,12 €	8 054 637,53 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		8 497 222,12 €	8 054 637,53 €
SGS De execução orçamental		6 837 457,00 €	5 921 168,54 €
SGS De operações de tesouraria		1 659 765,12 €	2 133 468,99 €

2.5. Memória descritiva dos movimentos de consolidação de contas

(avançar para a página seguinte)

Lançamento	Operação	Descrição	Valor(es)
A	Transferência do MF para ACLEM	Contrato programa ACLEM	385 000,00 €
B	FSE que a ACLEM presta à MF	Contrato arrendamento urbano para fim não habitacional da ACLEM à CM	26 212,44 €
C	Transferências e subsídios concedidos pelo MF ao EPF	Postais natal	200,00 €
D		Protocolo CMF	71 955,00 €
E		Fundo Pias	1 000,00 €
F	Investimentos financeiros por conta do capital social das empresas	ACLEM	2 134 287,00 €
G		EPF	376 000,00 €
H	Reconhecimento dos prejuízos da EPF	RLP 2013 + 2014	159 974,10 €
I		RLP 2023 provisório	570 833,54 €
J	Rendimentos a reconhecer	Subsídios ACLEM	1 466 822,86 €

2.6. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

De acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, concretamente a Norma de Contabilidade Pública 1, que estabelece a base para a apresentação de demonstrações financeiras de finalidade geral, componentes principais do relato financeiro de uma entidade pública, de forma a assegurar a comparabilidade, quer com as respetivas demonstrações de períodos anteriores, quer com as de outras entidades, resumem-se nas notas seguintes as políticas contabilísticas significativas, assim como outras notas explicativas e esclarecedoras de alguns aspetos relevantes para uma melhor compreensão das demonstrações financeiras consolidadas apresentadas para o período de relato.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida na NCP 1 – Estrutura e Conteúdos das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Grupo Municipal ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas.

Nota 1- Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico.

1.1 Identificação do Grupo Municipal e período de relato.

O período das Demonstrações Financeiras Consolidadas é de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2023.

a) Relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação:

- Denominação e sede;

Entidade Consolidante

Nome: Município de Felgueiras

Morada: Praça da República – 4610-116 - Felgueiras

NIF: 501 091 823

Perímetro de Consolidação

Nome: ACLEM - Arte Cultura e Lazer, Empresa Municipal, E.M. (100%)

Morada: Praça da República, 4610-116 Felgueiras

NIF: 507 974 530

Nome: EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, E.M. Unipessoal, Lda. (100%)

Morada: Rua dos Bombeiros Voluntários, nº 104 Apartado 88, 4610-165 Felgueiras

NIF: 507 153 316

- Motivos da sua inclusão na consolidação com indicação, sendo caso disso, da detenção da totalidade do capital, de forma direta ou indireta;

O perímetro de consolidação do Município integra, nos termos do art.º 75º da Lei 73/2013, de 03 de setembro, (RFALEI - Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais) as duas entidades de natureza empresarial classificadas como empresas locais nos termos dos artigos 7º e 19º da Lei 50/2012, de 31 de agosto e nos termos da NCP 22 — Demonstrações Financeiras Consolidadas, por existir controlo do Município sobre as duas entidades. Controlo, significa que uma entidade controla outra entidade quando está exposta, ou tem direitos, a benefícios variáveis decorrentes do seu envolvimento com outra entidade e tem a capacidade de influenciar a natureza e a quantia desses benefícios através do poder que exerce sobre a outra entidade.

- Número médio de trabalhadores ao serviço, durante o exercício, repartido por categorias.

Município: 808

ACLEM: 5

EPF: 31

b) Relativamente às entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação:

- Denominação e sede;

Nome: EHF, S.A. – Empresa Hidroelétrica de Felgueiras, S.A. (49%)

Morada: Praça da República – Apartado 156 4610-116 Felgueiras

NIF: 507 153 316

Nome: PTT – Parque Tecnológico do Tâmega, S.A. (10%)

Morada: Praça da República – Apartado 232 4610-116 Felgueiras

NIF: 507 811 623

Nome: Águas do Douro e Paiva, S.A. (1,15%)

Morada: Edifício Scala - Rua de Vilar, N.º235 - 5º 4050-626 Porto

NIF: 514 310 774

Nome: Carnagri – Matadouro Regional do Vale do Sousa e Baixo Tâmega, S.A. (0,84%)

Morada: Lugar da Carreira de Tiro – Bustelo 4564-909 Penafiel

NIF: 501 831 814

Nome: Águas do Norte, S.A. (0,46%)

Morada: Av. Osnabruck, 29 5000-427 Vila Real

NIF: 513 606 084

Nome: FAM – Fundo de Apoio Municipal (0,19%)

Morada: Rua Gregório Lopes, Lote 1514, R/C, 1400-195 Lisboa

NIF: 513 319 182

- Motivos da sua exclusão do perímetro de consolidação com indicação da proporção do capital detido, direta ou indiretamente.

Estas empresas ficam excluídas do perímetro de consolidação, uma vez que não reúnem os requisitos que constam no art.º 75 do RFALEI - Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais e nos termos da NCP 22 — Demonstrações Financeiras Consolidadas.

1.2 Referencial contabilístico e demonstrações financeiras consolidadas

a) Indicação de que foi aplicado o referencial contabilístico SNC-AP e justificação das disposições deste normativo que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados do Grupo Municipal.

As demonstrações financeiras consolidadas do exercício foram preparadas, em todos os seus aspetos materiais, sem prejuízo do referido nos parágrafos seguintes, em conformidade com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, sendo aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP), de acordo com o pressuposto da continuidade e com o regime de acréscimo.

Inclui o balanço consolidado, a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

No decorrer do exercício, não existiram quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

b) Indicação e comentário das contas do balanço consolidado e da demonstração consolidadas dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Os valores constantes nas demonstrações financeiras a 31/12/2023 são comparáveis com os valores a 31/12/2022.

c) Comentário do órgão de gestão sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários. De acordo com o artigo 68.º do Regulamento do Sistema de Controlo Interno, aprovado pelo executivo municipal em 08/09/2021, a importância em numerário existente em caixa, não deverá ultrapassar o montante adequado às necessidades diárias da Autarquia, sendo este montante definido anualmente pelo Presidente da Câmara Municipal.

d) De seguida apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários.

Quadro 1 – Desagregação de caixa e depósitos

Em 31 de dezembro de 2023 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos do grupo municipal apresentava a seguinte distribuição:

Conta	2023		2022	
	Euros		Euros	
Caixa		7 128,49 €		6 444,37 €
Depósitos à ordem		3 593 641,71 €		4 709 152,19 €
Depósitos à ordem no Tesouro	0,00 €		0,00 €	
Depósitos bancários à ordem	3 593 641,71 €		4 709 152,19 €	
Depósitos a prazo		0,00 €		0,00 €
Depósitos consignados		3 271 864,06 €		1 234 963,29 €
Depósitos de garantias e Cauções		1 624 587,86 €		2 104 077,68 €
Total de caixa e depósitos		8 497 222,12 €		8 054 637,53 €

Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas a partir dos registos contabilísticos de acordo com o SNC-AP.

Ativos fixos intangíveis

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e qualquer perda por imparidade.

Ativos fixos tangíveis

Os Ativos fixos tangíveis estão mensurados pelo seu custo de aquisição, menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

O custo de um ativo fixo tangível é reconhecido se, e apenas se, for provável que fluirão para o grupo benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem, e o seu custo ou justo valor, puder ser mensurado com fiabilidade.

Quando os ativos são adquiridos a título gratuito, é considerado o Valor Patrimonial Tributário (VPT) para os imóveis e o valor do mercado para os ativos tangíveis móveis.

Nas cedências para domínio Público é considerado o valor de mercado.

Os Investimentos em Curso consistem em ativos ainda em fase de construção, encontrando-se mensurados ao custo de aquisição. Estes ativos começarão a ser depreciados a partir do momento em que estejam disponíveis para uso.

Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em entidades controladas e associadas foram mensurados pelo custo de aquisição, segundo a NCP 21 que permite a opção pelo modelo do custo nas suas demonstrações financeiras separadas, razão pela qual se manteve a política contabilística.

Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos intangíveis e dos ativos fixos tangíveis, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas

constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil que consta no CIBE para os bens adquiridos até 31/12/2019 exceto para os edifícios e outras construções e no Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro para os bens adquiridos após 01/01/2020 e para todos os edifícios e outras construções.

As depreciações são efetuadas no regime duodecimal nos termos acima descritos.

Acréscimos e Diferimentos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos contabilisticamente no momento em que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, de acordo com o princípio da especialização do exercício.

Caixa e depósitos bancários

São expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente. No caso de ser aplicável, as disponibilidades em moeda estrangeira são expressas no balanço ao câmbio em vigor na data a que ele se reporta.

Dívidas a Receber e a Pagar

As dívidas a receber são mensuradas inicialmente pelo justo valor e, subsequentemente, mensuradas ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade acumulada, para que estas reflitam o valor realizável líquido à data de relato.

As dívidas a pagar são mensuradas inicialmente pelo justo valor da contraprestação e mensuradas subsequentemente ao custo amortizado.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pela quantia mais baixa entre o custo e o valor realizável líquido. Foi adotado o custo médio ponderado, em que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período de relato e do custo de itens semelhantes comprados durante esse período.

Benefícios aos Empregados

Os benefícios aos empregados considerados como despesas correntes incluem remunerações certas e permanentes, abonos variáveis ou eventuais, contribuições e outros encargos para a Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e outros encargos sociais.

Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Foi utilizada a estimativa do risco fornecida pelos diversos Advogados, sendo que o respetivo valor engloba o valor do processo, custos judiciais e juros compensatórios.

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, é provável que seja exigido um exfluxo de recursos e possa ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

O passivo contingente não é reconhecido, mas divulgado (exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço).

Relativamente aos ativos contingentes, estes apenas são divulgados e não reconhecidos (quando seja provável a existência de um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviços).

Imparidade de Ativos

A quantia escriturada de um ativo será reduzida para a sua quantia recuperável de serviço se, e apenas se, a quantia recuperável de serviço for menor do que a quantia escriturada, devendo a imparidade ser imediatamente reconhecida nos resultados.

Rendimentos e Gastos

Os rendimentos são mensurados pelo justo valor da contraprestação recebida ou que se espera receber.

O principal aspeto na contabilização do rendimento é determinar quando se deve reconhecê-lo. Como tal, este é reconhecido quando for provável que derivem para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Os gastos são mensurados pelo custo de aquisição dos bens ou serviços.

Rendimentos de transações com e sem contraprestação

O principal aspeto na contabilização do rendimento é determinar quando se deve reconhecê-lo. Como tal, este é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Uma transação com contraprestação é aquela em que a entidade recebe ativos ou serviços, ou extingue passivos, e dá em troca à outra parte um valor aproximadamente igual. Por outro lado, numa transação sem contraprestação, uma entidade ou recebe valor de uma outra entidade sem dar diretamente em troca valor aproximadamente igual, ou dá valor a uma outra entidade sem receber diretamente em troca valor aproximadamente igual. Na distinção dos rendimentos deve ser considerada a substância das transações em vez da sua forma.

Os rendimentos são mensurados pelo justo valor da contraprestação recebida ou que se espera receber à data de aquisição.

Custos de Empréstimos Obtidos

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que são suportados independentemente de como esses empréstimos são aplicados, de acordo com o regime de acréscimo.

Os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica, isto é, um ativo que necessita de um período substancial de tempo para ficar disponível para o uso pretendido ou para venda, são capitalizados como parte do custo desse ativo quando for provável que deles resultem benefícios económicos futuros ou potencial de serviço para a entidade e os custos possam ser mensurados com fiabilidade.

Acontecimentos após a data de relato

Os eventos ocorridos entre a data de relato consolidado (data do balanço consolidado) e a data de autorização para emissão das demonstrações financeiras consolidadas que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço consolidado são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço consolidado que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço consolidado, se materiais, são divulgados nas notas.

Instrumentos Financeiros

A NCP 18, define instrumento financeiro como um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio de outra entidade. A aquisição de ações ou quotas próprias deve ser reconhecida como dedução ao capital próprio, pelo justo valor da retribuição paga pelos respetivos instrumentos de capital próprio, que corresponde ao preço de aquisição das ações.

Acordos de concessão de serviços: Concedente

Os acordos de concessão de serviços envolvem o concessionário que proporciona serviços públicos relacionados com um ativo de concessão em nome do concedente. O Grupo Municipal deve reconhecer um ativo construído, melhorado ou adquirido no âmbito de acordos de concessão de serviços, desde que o Grupo Municipal, enquanto concedente detenha o controlo ou regule quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar, e a que preço, controlando ainda, através da propriedade, o direito aos benefícios ou por outra forma, qualquer interesse residual no ativo no final do termo do acordo. Este ativo deverá ser reconhecido pelo seu justo valor. Se se tratar de um ativo já existente do concedente, que o concessionário vai utilizar, tal ativo deve ser reconhecido como ativo de concessão de serviços através de uma transferência da rubrica onde estava registado e pela quantia por que estava registado. Após reconhecimento ou reclassificação, conforme o caso, o ativo de concessão de serviços deve ser contabilizado de acordo com a NCP respetiva (Ativos Fixos Tangíveis ou Ativos Intangíveis), numa classe de ativos separada.

Quando se reconhece um ativo de concessão de serviços, deve reconhecer-se um passivo pela mesma quantia, ajustado de eventual remuneração do concedente ao concessionário ou vice-versa. Se se tratar de um ativo de concessão de serviços já existente do concedente, não se reconhece qualquer passivo (exceto se existir qualquer nova obrigação).

2.2 Outras políticas contabilísticas consideradas relevantes

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas teve em consideração os seguintes princípios:

Continuidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com o pressuposto de que o Grupo Municipal de Felgueiras continuará a sua atividade.

Regime do Acréscimo ou da Periodização Económica

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando ocorrem, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Consistência de Apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas são consistentes de um período para o outro, quer ao nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem.

Materialidade e Agregação

Uma informação é materialmente relevante se influenciar as decisões económicas, com base nas demonstrações financeiras consolidadas, tomadas por parte dos seus utilizadores.

Compensação

Os ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos, não devem ser compensados.

Informação Comparativa

As demonstrações financeiras consolidadas devem permitir uma análise comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras consolidadas. A informação comparativa deve ser incluída na informação narrativa e descritiva a constar em nota às demonstrações financeiras consolidadas quando for relevante para a compreensão das demonstrações financeiras consolidadas do período corrente. A informação comparativa foi divulgada em observação ao período anterior para as quantias relatadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.3 Julgamento (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Não foram efetuados juízos de valor.

2.4 Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos, durante o ano financeiro seguinte)

As demonstrações financeiras do Grupo foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações. Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos do Grupo são considerados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas e no caso de ser materialmente relevantes serão divulgadas no presente anexo.

2.5 Aplicação inicial de uma NCP com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou pudesse ter tais efeitos, mas é impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou com efeitos em períodos futuros

Não aplicável.

2.6 Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante a ano financeiro seguinte)

Todas as estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, bem como, os pressupostos subjacentes, foram determinadas por referência à data do relato, no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas dos eventos e transações em curso, assim como, na experiência de eventos passados.

Poderão existir situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospetiva.

2.7 Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros

Relativamente à arrecadação de receita, foram consideradas para o cálculo da estimativa do Imposto Municipal sobre Imóveis e Derrama, a média dos últimos 24 meses de recebimentos.

2.8 Erros materiais de períodos anteriores

Não foram reportados erros materiais.

Nota 3 - Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas.

Compreende, essencialmente, licenças de software e programas de computador.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas, após a data em que o bem se encontra disponível para uso, sendo aplicado no seu cálculo o método de quotas constantes (ou linha reta), em conformidade com o período de vida útil constante no classificador complementar 2 do PCM, publicado no anexo ao Decreto Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro. Casuisticamente e sempre que se justifique a vida útil dos ativos é revista em função das qualificações exigidas para a sua operacionalidade, podendo nestes casos serem adotadas outras estimativas de amortização.

Quadro 3.1 – Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos intangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, ocorreu conforme o seguinte:

RUBRICAS (1)	2023							
	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta (2)	Amortizações Acumuladas (3)	Perdas por Imparidade Acumuladas (4)	Quantia escriturada (5) = (2) - (3) - (4)	Quantia bruta (6)	Amortizações Acumuladas (7)	Perdas por Imparidade Acumuladas (8)	Quantia escriturada (9) = (6) - (7) - (8)
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Goodwill	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Projetos de desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Programas de computador e sistemas de informação	476 700,36 €	115 382,49 €	0,00 €	361 317,87 €	641 661,69 €	245 654,39 €	0,00 €	396 007,30 €
Propriedade industrial e intelectual	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	4 327,14 €	4 327,14 €	0,00 €	0,00 €	4 327,14 €	4 327,14 €	0,00 €	0,00 €
Ativos Intangíveis em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	481 027,50 €	119 709,63 €	0,00 €	361 317,87 €	645 988,83 €	249 981,53 €	0,00 €	396 007,30 €

Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas em 2022

RUBRICAS (1)	2022							
	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta (2)	Amortizações Acumuladas (3)	Perdas por Imparidade Acumuladas (4)	Quantia escriturada (5) = (2) - (3) - (4)	Quantia bruta (6)	Amortizações Acumuladas (7)	Perdas por Imparidade Acumuladas (8)	Quantia escriturada (9) = (6) - (7) - (8)
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Goodwill	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Projetos de desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Programas de computador e sistemas de informação	146 642,26 €	39 720,20 €	0,00 €	106 922,06 €	476 700,36 €	115 382,49 €	0,00 €	361 317,87 €
Propriedade industrial e intelectual	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 327,14 €	4 327,14 €	0,00 €	0,00 €
Ativos Intangíveis em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	146 642,26 €	39 720,20 €	0,00 €	106 922,06 €	481 027,50 €	119 709,63 €	0,00 €	361 317,87 €

Quadro 3.2 – Ativos Intangíveis - quantia escriturada e variações do período

Durante o ano de 2023 ocorreram as seguintes variações:

RUBRICAS (1)	2023									
	Quantia escriturada (2)	Variações								Quantia escriturada final (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9)
Adições (3)		Transferências internas à entidade (4)	Revalorizações (5)	Reversões de Perdas por Imparidade (6)	Perdas por Imparidade (7)	Amortizações do período (8)	Diferenças cambiais (9)	Diminuições (10)		
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Goodwill	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Projetos de desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Programas de computador e sistemas de informação	361 317,87 €	164 961,33 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-130 271,90 €	0,00 €	0,00 €	396 007,30 €
Propriedade industrial e intelectual	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos Intangíveis em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	361 317,87 €	164 961,33 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-130 271,90 €	0,00 €	0,00 €	396 007,30 €

Ativos Intangíveis - quantia escriturada e variações do período em 2022

RUBRICAS (1)	2022									
	Quantia escriturada (2)	Variações								Quantia escriturada final (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)
Adições (3)		Transferências internas à entidade (4)	Revalorizações (5)	Reversões de Perdas por Imparidade (6)	Perdas por Imparidade (7)	Amortizações do período (8)	Diferenças cambiais (9)	Diminuições (10)		
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										0,00 €
Goodwill										0,00 €
Projetos de desenvolvimento										0,00 €
Programas de computador e sistemas	106 922,06 €	330 058,10 €					-75 662,29 €			361 317,87 €
Propriedade industrial e intelectual										0,00 €
Outros										0,00 €
Ativos Intangíveis em curso										0,00 €
TOTAL	106 922,06 €	330 058,10 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-75 662,29 €	0,00 €	0,00 €	361 317,87 €

Quadro 3.2A – Ativos Intangíveis – Adições

Durante o ano de 2023 ocorreram as seguintes adições:

RUBRICAS (1)	2023									Total (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)
	Internas (2)	Compra (3)	Cessão (4)	Transferências ou troca (5)	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado (6)	Dação em pagamento (7)	Locação Financeira (8)	Fusão, cisão, reestruturação (9)	Outros (10)	
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Goodwill	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Projetos de desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Programas de computador e sistemas de informação	0,00 €	164 961,33 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	164 961,33 €
Propriedade industrial e intelectual	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos Intangíveis em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	0,00 €	164 961,33 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	164 961,33 €

Ativos Intangíveis – Adições 2022

RUBRICAS (1)	2022									Total (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8)
	Internas (2)	Compra (3)	Cessão (4)	Transferências ou troca (5)	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado (6)	Dação em pagamento (7)	Locação Financeira (8)	Fusão, cisão, reestruturação (9)	Outros (10)	
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Goodwill	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Projetos de desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Programas de computador e sistemas de informação	0,00 €	330 058,10 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	330 058,10 €
Propriedade industrial e intelectual	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos Intangíveis em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	0,00 €	330 058,10 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	330 058,10 €

Quadro 4 – Acordos de concessão de serviços: concedente

De acordo com a NCP 4 no paragrafo nº 5, são apresentadas as definições de concessão, concessionário e concedente. Sendo que uma concessão é um acordo vinculativo entre um concessionário, que usa os ativos da concessão para prestar um serviço público, em nome do concedente. No paragrafo nº 6, indica que o concedente deve reconhecer um ativo nas suas contas, desde que tenha o controlo ou a regulamentação dos serviços que o concessionário tem de prestar e a que preço. E controla através da propriedade, direito aos benefícios ou outra forma, qualquer interesse residual no ativo no final do termo do acordo. Nos parágrafos 11 a 13 da mesma NCP, é definido que quando o concedente reconhecer um ativo de concessão dos serviços de acordo com os parágrafos 6 ou 7, o concedente deve também reconhecer um passivo. Assim existia a necessidade de registar os bens da concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, tendo por contrapartida o registo de um passivo, o qual refletirá o valor líquido dos bens da concessão, que está presente na conta 2824. De referir que numa eventual extinção ou resgate da concessão, é precisamente este montante, o valor líquido dos bens, que teria, tendencialmente, ser pago pelo Município à concessionária.

Os movimentos efetuados nas demonstrações financeiras individuais do Município de Felgueiras foram as seguintes:

Descrição	Débito	Crédito
Quantia Bruta do AFT	22 205 273,00 €	
Depreciação do AFT		14 836 708,00 €
Subsídio que ainda falta reconhecer proveito diferido		2 329 212,00 €
Valor da QB do AFT - Valor das dep. Acumuladas do AFT - Valor do subsídio que ainda falta reconhecer proveito diferido		5 039 353,00 €

Os contratos de concessão que o Município de Felgueiras tinha a 31 de dezembro de 2023, enquanto concedente, encontram-se elencados nos quadros seguintes:

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em Baixa Tensão no Município de Felgueiras	E-Redes - Distribuição de Energia, S.A.	Redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão e as redes de iluminação pública. Postos de transformação alimentadores das redes. Postos de transformação e os direitos sobre os locais onde se encontram implantadas as redes de	20 Anos	-	-	-	-

		distribuição de energia elétrica em baixa tensão					
--	--	--	--	--	--	--	--

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Recebimentos do concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Contrato de concessão de fornecimento de água no Município de Felgueiras	AdDP -Água do Douro e Paiva, S.A.	Infraestruturas municipais: Açude no rio Ferro; Captação em açude no ri Ferro; Conduta elevatória EE0A - R0; Captação em poço no rio Vizela; Conduta elevatória EE0B - R0; Reservatório R0; estação elevatória EE0; Estação de tratamento (ETA) - R0; Conduta elevatória R0 - R1; Reservatório R1 e EE1 (R1) e conduta elevatória R1 - R2	20 Anos	1 232 896,00	-	1 232 896,00	-

Nota 5 – Ativos fixos tangíveis

Os bens considerados ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados pelo custo deduzidos dos gastos de depreciação e das perdas por imparidade existentes. Os ativos fixos tangíveis foram mensurados ao custo de aquisição, considerando-se como tal a soma do preço de compra com os gastos suportados direta ou indiretamente para os colocar no seu estado atual.

Acresce referir que a depreciação inicia no ano em que o bem fica disponível para uso, sendo aplicado no seu cálculo o método das quotas constantes (ou da linha reta), considerando a vida útil de referência que consta no classificador complementar (CC2), mantendo-se a vida útil dos bens adquiridos previamente à entrada em vigor do SNC-AP nos termos definidos na Portaria 671/2000, de 17 de abril (CIBE), exceto para edifícios e outras construções (imóveis e direitos do CIBE) e para os bens detidos pela EPF.

De acordo com as Notas de enquadramento do PCM, as aquisições de bens de valor unitário inferior a 100 euros são consideradas como gasto do exercício por não se considerarem materialmente relevantes.

Os bens detidos pelo Grupo, mas cedidos a terceiros em contratos comodato ou direito de superfície, permanecem em Ativos Fixos Tangíveis uma vez que o Município controla ou regula quais os serviços que prestam com os ativos, a quem tem de os prestar, e a que preço.

Os bens concessionados a terceiros, são considerados ativos fixos tangíveis através da aplicação dos critérios de reconhecimento da NCP 4.

Em 2023 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis encontra-se nos seguintes quadros:

Quadro 5.1 – Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, ocorreu conforme o seguinte:

RUBRICAS (1)	2023							
	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta (2)	Depreciações Acumuladas (3)	Perdas por Imp. Acumuladas (4)	Quantia escriturada (5) = (2) - (3) - (4)	Quantia bruta (6)	Depreciações Acumuladas (7)	Perdas por Imp. Acumuladas (8)	Quantia escriturada (9) = (6) - (7) - (8)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	2 414 716,94 €	0,00 €	0,00 €	2 414 716,94 €	2 958 550,80 €	0,00 €	0,00 €	2 958 550,80 €
Edifícios e outras construções	4 816 242,60 €	0,00 €	0,00 €	4 816 242,60 €	4 816 242,60 €	0,00 €	0,00 €	4 816 242,60 €
Infraestruturas	189 260 141,81 €	106 650 419,58 €	0,00 €	82 609 722,23 €	218 713 704,57 €	123 897 196,19 €	0,00 €	94 816 508,38 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	122 806,97 €	61 403,47 €	0,00 €	61 403,50 €	122 806,97 €	73 684,15 €	0,00 €	49 122,82 €
Outros bens de domínio público em curso	6 378 614,52 €	0,00 €	0,00 €	6 378 614,52 €	2 440 997,51 €	0,00 €	0,00 €	2 440 997,51 €
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	36 345 545,43 €	0,00 €	0,00 €	36 345 545,43 €	40 275 959,67 €	0,00 €	0,00 €	40 275 959,67 €
Edifícios e outras construções	87 563 380,25 €	49 948 035,73 €	0,00 €	37 615 344,52 €	94 017 037,83 €	53 202 971,08 €	0,00 €	40 814 066,75 €
Equipamento básico	9 620 678,99 €	7 968 519,16 €	0,00 €	1 652 159,83 €	10 073 682,14 €	8 397 064,28 €	0,00 €	1 676 617,86 €
Equipamento de transporte	3 305 782,51 €	2 860 871,26 €	0,00 €	444 911,25 €	3 330 820,69 €	2 999 325,96 €	0,00 €	331 494,73 €
Equipamento administrativo	3 863 696,49 €	3 603 420,83 €	0,00 €	260 275,66 €	3 895 257,89 €	3 711 091,80 €	0,00 €	184 166,09 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	418 268,08 €	245 101,61 €	0,00 €	173 166,47 €	451 019,46 €	264 742,12 €	0,00 €	186 277,34 €
Ativos fixos tangíveis em curso	12 589 319,96 €	0,00 €	0,00 €	12 589 319,96 €	11 389 039,74 €	0,00 €	0,00 €	11 389 039,74 €
Ativos fixos tangíveis adiantamentos	799 751,97 €	0,00 €	0,00 €	799 751,97 €	799 751,97 €	0,00 €	0,00 €	799 751,97 €
Total	357 498 946,52 €	171 337 771,64 €	0,00 €	186 161 174,88 €	393 284 871,84 €	192 546 075,58 €	0,00 €	200 738 796,26 €

Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas ano 2022

RUBRICAS (1)	2022							
	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta (2)	Depreciações Acumuladas (3)	Perdas por Imp. Acumuladas (4)	Quantia escriturada (5) = (2) - (3) - (4)	Quantia bruta (6)	Depreciações Acumuladas (7)	Perdas por Imp. Acumuladas (8)	Quantia escriturada (9) = (6) - (7) - (8)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	2 356 258,66 €	0,00 €	0,00 €	2 356 258,66 €	2 414 716,94 €	0,00 €	0,00 €	2 414 716,94 €
Edifícios e outras construções	4 816 242,60 €	14 873,30 €	0,00 €	4 801 369,30 €	4 816 242,60 €	0,00 €	0,00 €	4 816 242,60 €
Infraestruturas	180 299 742,38 €	100 387 199,96 €	0,00 €	79 912 542,42 €	189 260 141,81 €	106 650 419,58 €	0,00 €	82 609 722,23 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	122 806,97 €	49 122,79 €	0,00 €	73 684,18 €	122 806,97 €	61 403,47 €	0,00 €	61 403,50 €
Outros bens de domínio público em curso	7 794 531,12 €	0,00 €	0,00 €	7 794 531,12 €	6 378 614,52 €	0,00 €	0,00 €	6 378 614,52 €
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	35 561 504,91 €	0,00 €	0,00 €	35 561 504,91 €	36 345 545,43 €	0,00 €	0,00 €	36 345 545,43 €
Edifícios e outras construções	85 488 531,81 €	48 656 893,37 €	0,00 €	36 831 638,44 €	87 563 380,25 €	49 948 035,73 €	0,00 €	37 615 344,52 €
Equipamento básico	9 014 994,17 €	7 572 696,81 €	0,00 €	1 442 297,36 €	9 620 678,99 €	7 968 519,16 €	0,00 €	1 652 159,83 €
Equipamento de transporte	3 079 138,46 €	2 815 457,97 €	0,00 €	263 680,49 €	3 305 782,51 €	2 860 871,26 €	0,00 €	444 911,25 €
Equipamento administrativo	3 780 287,77 €	3 474 334,76 €	0,00 €	305 953,01 €	3 863 696,49 €	3 603 420,83 €	0,00 €	260 275,66 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	361 275,58 €	249 122,12 €	0,00 €	112 153,46 €	418 268,08 €	245 101,61 €	0,00 €	173 166,47 €
Ativos fixos tangíveis em curso	4 942 345,21 €	0,00 €	0,00 €	4 942 345,21 €	12 589 319,96 €	0,00 €	0,00 €	12 589 319,96 €
Ativos fixos tangíveis adiantamentos	799 751,97 €	0,00 €	0,00 €	799 751,97 €	799 751,97 €	0,00 €	0,00 €	799 751,97 €
Total	338 417 411,61 €	163 219 701,08 €	0,00 €	175 197 710,53 €	357 498 946,52 €	171 337 771,64 €	0,00 €	186 161 174,88 €

Quadro 5.2 – Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período

Durante o ano de 2023 ocorreram as seguintes variações:

RUBRICAS (1)	2023									Quantia escriturada final (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)
	Quantia escriturada (2)	Variações no período								
		Adições (3)	Transferências internas à entidade (4)	Revalorizações (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Perdas por imparidade (7)	Depreciações do período (8)	Diferenças cambiais (9)	Diminuições (10)	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Terrenos e recursos naturais	2 414 716,94 €	558 347,86 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-14 514,00 €	2 958 550,80 €
Edifícios e outras construções	4 816 242,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 816 242,60 €
Infraestruturas	82 609 722,23 €	16 853 190,95 €	12 600 371,81 €	0,00 €	0,00 €	-17 246 776,61 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	94 816 508,38 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	61 403,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-12 280,68 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	49 122,82 €
Outros bens de domínio público em curso	6 378 614,52 €	2 578 010,87 €	-6 318 194,94 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-197 432,94 €	2 440 997,51 €
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	36 345 545,43 €	4 161 054,24 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-230 640,00 €	40 275 959,67 €
Edifícios e outras construções	37 615 344,52 €	5 462 319,25 €	991 338,33 €	0,00 €	0,00 €	-3 254 935,35 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	40 814 066,75 €
Equipamento básico	1 652 159,83 €	453 003,15 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-428 545,12 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 676 617,86 €
Equipamento de transporte	444 911,25 €	25 038,18 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-138 454,70 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	331 494,73 €
Equipamento administrativo	260 275,66 €	31 561,40 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-107 670,97 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	184 166,09 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	173 166,47 €	32 751,38 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-19 640,51 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	186 277,34 €
Ativos fixos tangíveis em curso	12 589 319,96 €	6 073 234,98 €	-7 273 515,20 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	11 389 039,74 €
Ativos fixos tangíveis adiantamentos	799 751,97 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	799 751,97 €
Total	186 161 174,88 €	36 228 512,26 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-21 208 303,84 €	0,00 €	0,00 €	-442 586,94 €	200 738 796,26 €

O valor das transferências internas da entidade corresponde à passagem de ativos fixos tangíveis em curso para fixo, de empreitadas que ficaram concluídas durante o presente exercício no Município.

MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS
Prestação de contas consolidada 2023

Face ao cumprimento da NCP 4 existiu a necessidade realizar o registo dos bens da concessão com a E-redes, tendo por contrapartida o registo de um passivo, o qual refletirá o valor líquido dos bens da concessão. De referir que numa eventual extinção ou resgate da concessão, é precisamente este montante, o valor líquido dos bens, que teria, tendencialmente, ser pago pelo Município à concessionária.

Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período em 2022

RUBRICAS (1)	Quantia escriturada (2)	Variações no período								Quantia escriturada final (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)
		Adições (3)	Transferências internas à entidade (4)	Revalorizações (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Perdas por imparidade (7)	Depreciações do período (8)	Regularizações e Outras (9)	Diminuições (10)	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Terrenos e recursos naturais	2 356 358,66 €	58 358,28 €								2 414 716,94 €
Edifícios e outras construções	4 801 369,30 €							14 873,30 €		4 816 242,60 €
Infraestruturas	79 912 542,42 €	36 538 231,10 €					13 675 385,98 €	7 412 166,36 €	-27 577 831,67 €	82 609 722,23 €
Património histórico, artístico e cultural										0,00 €
Outros	73 684,18 €						12 280,68 €			61 403,50 €
Outros bens de domínio público em curso	7 794 531,12 €	5 770 672,81 €	-7 186 589,41 €							6 378 614,52 €
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas										
Património histórico, artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão em curso										
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	35 561 504,91 €	2 066 857,78 €							-1 282 817,26 €	36 345 545,43 €
Edifícios e outras construções	36 831 638,44 €	4 969 474,62 €	-2 894 626,18 €				1 313 968,39 €	22 826,03 €		37 615 344,52 €
Equipamento básico	1 442 297,36 €	612 070,62 €					395 822,35 €		-6 385,80 €	1 652 159,83 €
Equipamento de transporte	263 680,49 €	259 344,55 €					115 936,29 €	70 523,00 €	-32 700,50 €	444 911,25 €
Equipamento administrativo	305 953,01 €	83 408,72 €					129 086,07 €			260 275,66 €
Equipamentos biológicos										0,00 €
Outros	112 153,46 €	56 992,50 €					15 050,21 €	19 070,72 €		173 166,47 €
Ativos fixos tangíveis em curso	4 942 345,21 €	9 682 990,87 €	-2 036 016,12 €							12 589 319,96 €
Ativos fixos tangíveis adiantamentos	799 751,97 €									799 751,97 €
Total	175 197 810,53 €	60 098 401,85 €	-12 117 231,71 €				15 657 529,97 €	7 539 459,41 €	-28 899 735,23 €	186 161 174,88 €

Quadro 5.2A – Ativos Fixos Tangíveis – Adições

Durante 2023 ocorreram as seguintes adições:

RUBRICAS (1)	2023										Total (12) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10) +
	Internas (2)	Compra (3)	Cessão (4)	Transferências ou troca (5)	Expropriação (6)	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado (7)	Dação em pagamento (8)	Locação Financeira (9)	Fusão, cisão, reestruturação (10)	Outros (11)	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	547 089,32 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	11 258,54 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	558 347,86 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	16 853 190,95 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	16 853 190,95 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Bens de domínio público em curso	0,00 €	2 578 010,87 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 578 010,87 €
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	2 228 336,75 €	0,00 €	0,00 €	1 932 717,49 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 161 054,24 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	5 462 319,25 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5 462 319,25 €
Equipamento básico	0,00 €	447 862,71 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5 140,44 €	453 003,15 €
Equipamento de transporte	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	25 038,18 €	25 038,18 €
Equipamento administrativo	0,00 €	29 147,65 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 413,75 €	31 561,40 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	16 017,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	16 017,00 €
Outros	0,00 €	20 799,84 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	20 799,84 €
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00 €	6 069 169,52 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6 069 169,52 €
Total	0,00 €	34 251 943,86 €	0,00 €	0,00 €	1 932 717,49 €	11 258,54 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	32 592,37 €	36 228 512,26 €

Ativos Fixos Tangíveis – Adições em 2022

RUBRICAS (1)	Adições										Total (12) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10) + (11)
	Internas (2)	Compra (3)	Cessão (4)	Transferências ou troca (5)	Expropriação (6)	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado (7)	Dação em pagamento (8)	Locação Financeir a (9)	Fusão, cisão, reestruturaç ão (10)	Outros (11)	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais		58 358,28 €									58 358,28 €
Edifícios e outras construções											0,00 €
Infraestruturas		36 538 231,10 €									36 538 231,10 €
Património histórico, artístico e cultural											
Outros											
Bens de domínio público em curso		5 770 672,81 €									5 770 672,81 €
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Património histórico, artístico e cultural											
Ativos fixos em concessão em curso											
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais		2 066 857,78 €									2 066 857,78 €
Edifícios e outras construções		4 969 474,62 €									4 969 474,62 €
Equipamento básico		612 070,62 €									612 070,62 €
Equipamento de transporte		259 344,55 €									259 344,55 €
Equipamento administrativo		83 408,72 €									83 408,72 €
Equipamentos biológicos											
Outros		56 992,50 €									56 992,50 €
Ativos fixos tangíveis em curso		9 682 990,87 €									9 682 990,87 €
Ativos fixos tangíveis Adiantamentos											0,00 €
Total		60 098 401,85 €									60 098 401,85 €

Quadro 5.2B – Ativos Fixos Tangíveis – diminuições

Durante 2023 ocorreram as seguintes diminuições:

RUBRICAS (1)	2023					
	Diminuições					
	Alienação a título oneroso (2)	Transferência ou troca (3)	Devolução ou reversão (4)	Fusão, cisão, reestruturação (5)	Outras (6)	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-14 514,00 €	-14 514,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Bens de domínio público em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-197 432,94 €	-197 432,94 €
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	-83 880,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-146 760,00 €	-230 640,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Equipamento básico	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Equipamento de transporte	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Equipamento administrativo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	-83 880,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-358 706,94 €	-442 586,94 €

A diminuição na rubrica Terrenos e Recursos Naturais deve-se à alienação de terrenos.

Ativos Fixos Tangíveis – diminuições ano 2022

RUBRICAS (1)	Diminuições					
	Alienação a título oneroso (2)	Transferência ou troca (3)	Devolução ou reversão (4)	Fusão, cisão, reestruturação (5)	Outras (6)	Total (7) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas					27 577 831,67 €	27 577 831,67 €
Património histórico, artístico e cultural						
Outros						
Bens de domínio público em curso						
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais					1 282 817,26 €	1 282 817,26 €
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico					6 385,80 €	6 385,80 €
Equipamento de transporte					32 700,50 €	32 700,50 €
Equipamento administrativo						
Equipamentos biológicos						
Outros						
Ativos fixos tangíveis em curso						
Total	0,00 €	0,00 €			28 899 735,23 €	28 899 735,23 €

Quadro 5.3 – Variação do excedente de revalorização

Não aplicável.

Nota 6 – Locações

Não existem locações financeiras.

Nota 7 – Custo de Empréstimos obtidos

Os custos dos empréstimos obtidos como os juros e/ou outros gastos incorridos com a obtenção de empréstimos, são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nas situações em que são diretamente imputáveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para uso seja substancial.

Quadro 7.1 - Empréstimos obtidos – Empréstimos bancários

Designação	2023				2022
	MF	ACLEM	EPF	Total	Total
Empréstimos bancários					
Passivo não corrente	9 658 156,38 €	253 489,78 €	- €	9 911 646,16 €	7 664 580,85 €
Passivo corrente	896 349,41 €	25 000,00 €	425 200,94 €	1 346 550,35 €	884 717,31 €
Total	10 554 505,79 €	278 489,78 €	425 200,94 €	11 258 196,51 €	8 549 298,16 €

No quadro seguinte apresentamos o detalhe dos empréstimos obtidos pelo grupo municipal:

(avançar para a página seguinte)

Quadro 7.1 — Empréstimos obtidos – Empréstimos bancários

Entidade	Data do contrato	Data de visto do TC	Prazo do contrato	Capital		Pagamento de anos anteriores		Pagamentos do ano			Encargos vencidos e não pagos	Saldo em 1 de janeiro	Saldo em 31 de dezembro
				Contratado	Utilizado	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros			
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	25/05/2016	03/11/2016	15	5 200 000,00 €	4 558 059,23 €	1 402 479,77 €	165 102,66 €	1 567 582,43 €	350 619,94 €	137 479,05 €	488 098,99 €	3 155 579,46 €	2 804 959,52 €
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	28/02/2018	07/06/2019	10	700 000,00 €	700 000,00 €	338 425,75 €	43 495,22 €	381 924,97 €	78 379,98 €	16 384,31 €	94 764,29 €	361 570,25 €	283 190,27 €
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	29/12/2020	28/01/2021	15	3 000 000,00 €	3 000 000,00 €	0,00 €	5 349,16 €	5 349,16 €	60 000,00 €	84 099,78 €	144 099,78 €	1 859 019,35 €	2 940 000,00 €
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	11/10/1997	03/11/1997	25	328 189,06 €	311 736,25 €	297 695,68 €	73 522,16 €	371 217,84 €	6 872,77 €	512,23 €	7 385,00 €	14 040,57 €	7 167,80 €
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	01/10/1998	15/10/1998	25	231 875,42 €	231 875,42 €	201 958,97 €	28 712,78 €	230 671,75 €	9 901,45 €	183,38 €	10 084,83 €	29 916,45 €	20 015,00 €
NOVO BANCO	09/05/2001	27/06/2001	28	246 106,88 €	228 503,78 €	165 731,87 €	28 393,42 €	194 125,29 €	9 333,12 €	736,76 €	10 069,88 €	62 771,91 €	53 438,79 €
BANCO SANT'ANDER TOTTA	09/12/2002	18/02/2003	20	13 089,70 €	13 089,70 €	12 735,52 €	3 648,16 €	16 387,68 €	350,18 €	4,15 €	354,33 €	350,18 €	- €
BANCO SANT'ANDER TOTTA	09/12/2002	18/02/2003	20	13 085,96 €	13 085,96 €	12 736,02 €	3 647,08 €	16 383,10 €	349,94 €	4,15 €	354,09 €	349,94 €	- €
BANCO SANT'ANDER TOTTA	09/12/2002	18/02/2003	20	13 088,96 €	13 088,96 €	12 738,23 €	3 691,57 €	16 429,80 €	350,73 €	4,16 €	354,89 €	350,73 €	- €
BANCO SANT'ANDER TOTTA	09/12/2002	18/02/2003	20	105 371,06 €	105 371,06 €	102 947,59 €	26 827,96 €	129 375,55 €	2 823,47 €	33,48 €	2 856,95 €	2 823,47 €	- €
BANCO SANT'ANDER TOTTA	12/12/2002	18/02/2003	20	196 401,67 €	196 401,67 €	190 946,00 €	66 103,39 €	257 049,39 €	5 455,67 €	64,71 €	5 520,38 €	5 455,67 €	- €
BANCO SANT'ANDER TOTTA	12/12/2002	18/02/2003	20	34 552,46 €	34 552,46 €	33 592,65 €	9 893,98 €	43 486,63 €	959,81 €	11,38 €	971,19 €	959,81 €	- €
BANCO SANT'ANDER TOTTA	19/12/2002	06/03/2003	20	1 047 176,10 €	1 047 176,10 €	1 019 002,70 €	235 248,50 €	1 254 251,20 €	28 173,40 €	334,15 €	28 507,55 €	28 173,40 €	- €
BANCO SANT'ANDER TOTTA	19/12/2002	06/03/2003	20	448 918,11 €	448 918,11 €	437 196,22 €	115 289,01 €	552 485,23 €	11 721,89 €	139,03 €	11 860,92 €	11 721,89 €	- €
BANCO SANT'ANDER TOTTA	19/12/2002	06/03/2003	20	347 223,19 €	347 223,19 €	338 156,67 €	89 469,78 €	427 626,45 €	9 066,52 €	107,53 €	9 174,05 €	9 066,52 €	- €
BANCO SANT'ANDER TOTTA	19/12/2002	06/03/2003	20	96 992,25 €	96 992,25 €	94 455,77 €	25 386,40 €	119 846,17 €	2 532,48 €	30,04 €	2 562,52 €	2 532,48 €	- €
BANCO SANT'ANDER TOTTA	19/12/2002	06/03/2003	20	184 555,22 €	184 555,22 €	179 736,21 €	48 671,04 €	228 407,25 €	4 819,01 €	57,16 €	4 876,17 €	4 819,01 €	- €
BANCO SANT'ANDER TOTTA	23/12/2002	06/03/2003	20	260 821,42 €	260 821,42 €	253 775,73 €	64 409,52 €	318 185,25 €	7 045,69 €	96,64 €	7 142,33 €	7 045,69 €	- €
BANCO SANT'ANDER TOTTA	23/12/2002	06/03/2003	20	640 254,48 €	640 254,48 €	622 955,07 €	164 237,47 €	787 196,54 €	17 295,41 €	237,22 €	17 532,63 €	17 295,41 €	- €
BANCO SANT'ANDER TOTTA	23/12/2002	06/03/2003	20	87 684,00 €	87 684,00 €	85 365,82 €	22 446,67 €	107 812,49 €	2 318,18 €	31,80 €	2 349,98 €	2 318,18 €	- €
BANCO SANT'ANDER TOTTA	23/12/2002	06/03/2003	20	100 898,83 €	100 898,83 €	99 146,25 €	26 872,23 €	126 018,48 €	1 752,58 €	24,04 €	1 776,62 €	1 752,58 €	- €
BANCO SANT'ANDER TOTTA	23/12/2002	06/03/2003	20	431 554,00 €	290 663,10 €	282 811,25 €	66 227,83 €	349 035,08 €	7 851,85 €	107,69 €	7 959,54 €	7 851,85 €	- €
BANCO SANT'ANDER TOTTA	23/12/2002	06/03/2003	20	87 688,00 €	87 688,00 €	85 387,42 €	23 113,70 €	108 501,12 €	2 300,58 €	31,55 €	2 332,13 €	2 300,58 €	- €
BANCO SANT'ANDER TOTTA	23/12/2002	09/04/2003	20	17 578,14 €	17 578,14 €	17 085,80 €	5 016,27 €	22 106,07 €	488,34 €	6,70 €	495,04 €	488,34 €	- €
BANCO SANT'ANDER TOTTA	23/12/2002	06/03/2003	20	326 618,80 €	196 672,20 €	191 355,54 €	45 069,21 €	236 428,75 €	5 312,66 €	72,87 €	5 385,53 €	5 312,66 €	- €

MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS
Prestação de contas consolidada 2023



Quadro 7.1 — Empréstimos obtidos – Empréstimos bancários

Entidade	Data do contrato	Data de visto do TC	Prazo do contrato	Capital		Pagamento de anos anteriores		Pagamentos do ano			Encargos vencidos e não pagos	Saldo em 1 de janeiro	Saldo em 31 de dezembro
				Contratado	Utilizado	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros			
BANCO SANTANDER TOTTA	23/12/2002	06/03/2003	20	145 515,00 €	145 515,00 €	141 678,82 €	37 516,22 €	179 195,04 €	52,61 €	3 888,79 €	0,00 €	3 836,18 €	- €
AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO E COESÃO	03/05/2019	05/07/2019	15	614 792,70 €	614 792,70 €	42 969,52 €	0,00 €	42 969,52 €	10 659,52 €	53 522,26 €	0,00 €	571 823,18 €	528 960,44 €
AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO E COESÃO	03/05/2019	05/07/2019	15	272 086,63 €	272 086,63 €	20 925,74 €	0,00 €	20 925,74 €	3 944,71 €	23 091,79 €	0,00 €	251 156,89 €	232 009,81 €
AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO E COESÃO	03/05/2019	05/07/2019	15	58 175,47 €	58 175,47 €	4 475,04 €	0,00 €	4 475,04 €	843,42 €	4 937,31 €	0,00 €	53 700,43 €	49 606,54 €
AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO E COESÃO	30/05/2019	12/07/2019	15	153 376,07 €	153 376,07 €	11 798,16 €	0,00 €	11 798,16 €	2 839,20 €	13 251,60 €	0,00 €	141 577,91 €	130 965,51 €
AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO E COESÃO	30/05/2019	12/07/2019	15	96 736,73 €	96 736,73 €	7 441,28 €	0,00 €	7 441,28 €	2 342,29 €	8 744,84 €	0,00 €	89 295,45 €	82 892,90 €
AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO E COESÃO	14/04/2020	04/06/2020	15	279 217,70 €	279 217,70 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5 585,48 €	24 568,11 €	0,00 €	279 217,70 €	260 235,07 €
AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO E COESÃO	28/04/2020	04/06/2020	15	321 416,09 €	321 416,09 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5 711,42 €	27 562,91 €	0,00 €	107 138,70 €	299 564,60 €
AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO E COESÃO	28/04/2020	04/09/2020	6	132 159,98 €	82 623,40 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 685,32 €	21 656,66 €	0,00 €	82 623,40 €	62 652,06 €
AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO E COESÃO	25/08/2020	17/12/2020	15	603 752,46 €	603 752,46 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5 081,19 €	5 081,19 €	0,00 €	201 250,82 €	603 752,46 €
AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO E COESÃO	28/04/2021	27/09/2021	15	126 872,58 €	126 872,58 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 436,34 €	3 436,34 €	0,00 €	126 872,58 €	126 872,58 €
AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO E COESÃO	28/04/2021	27/09/2021	15	360 934,97 €	128 025,06 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 467,55 €	3 467,55 €	0,00 €	128 025,06 €	128 025,06 €
AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO E COESÃO	28/04/2021	27/09/2021	15	132 405,83 €	132 405,83 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 586,21 €	19 358,25 €	0,00 €	132 405,83 €	116 633,79 €
AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO E COESÃO	28/04/2021	27/09/2021	15	136 835,00 €	91 223,34 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 470,79 €	2 470,79 €	0,00 €	91 223,34 €	91 223,34 €
AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO E COESÃO	15/09/2021	27/10/2021	15	271 946,74 €	90 648,91 €	0,00 €	60,28 €	60,28 €	2 971,93 €	2 971,93 €	0,00 €	90 648,91 €	90 648,91 €
AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO E COESÃO	15/09/2021	27/10/2021	15	38 491,82 €	38 491,82 €	0,00 €	8,53 €	8,53 €	729,34 €	729,34 €	0,00 €	12 830,61 €	38 491,82 €
AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO E COESÃO	15/09/2021	27/10/2021	15	159 021,46 €	75 821,85 €	0,00 €	50,42 €	50,42 €	2 490,25 €	2 490,25 €	0,00 €	75 821,85 €	75 821,85 €

MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS
Prestação de contas consolidada 2023



Quadro 7.1 — Empréstimos obtidos – Empréstimos bancários

Entidade	Data do contrato	Data de visto do TC	Prazo do contrato	Capital		Pagamento de anos anteriores		Pagamentos do ano			Encargos vencidos e não pagos	Saldo em 1 de janeiro	Saldo em 31 de dezembro
				Contratado	Utilizado	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros			
AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO E COESÃO	15/09/2021	27/10/2021	15	136 666,66 €	136 666,66 €	0,00 €	90,88 €	90,88 €	22 810,30 €	4 480,62 €	27 290,92 €	136 666,66 €	113 856,36 €
AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO E COESÃO	15/09/2021	27/10/2021	7	11 117,02 €	11 117,02 €	0,00 €	4,93 €	4,93 €	0,00 €	287,55 €	287,55 €	7 411,34 €	11 117,02 €
AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO E COESÃO	19/09/2021	27/10/2021	15	214 212,49 €	214 212,49 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 384,53 €	1 384,53 €	71 404,16 €	214 212,49 €
AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO E COESÃO	04/11/2022	28/02/2023	15	1 782 287,70 €	1 188 191,80 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	- €	1 188 191,80 €
AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO E COESÃO	25/07/2017		31/12/2023	325 000,00 €	325 000,00 €	25 000,00 €	0,00 €	0,00 €	21 510,22 €	7 869,24 €	29 379,46 €	300 000,00 €	278 489,78 €
Caixa Geral de Depósitos				425 200,94 €	425 200,94 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	714,25 €	714,25 €	0,00 €	425 200,94 €
Total				20 976 423,22 €	18 842 937,55 €	6 750 311,75 €	1 432 772,85 €	8 183 084,60 €	834 429,29 €	313 233,66 €	1 147 662,95 €	8 549 298,16 €	11 258 196,51 €

Nota 8 – Propriedades de investimento

Não aplicável.

Nota 9 – Imparidade de Ativos

Total			
Natureza (2)	Quantia bruta (3)	Imparidade acumulada (3)	Quantia recuperável (3)
Clientes contribuintes e Utentes	3 627 353,11 €	1 549 118,09 €	2 078 235,02 €
Outros Devedores	1 227 866,60 €	1 111,15 €	1 226 755,45 €
Inventários e ativos biológicos	342 301,16 €	103 031,93 €	239 269,23 €
Investimentos financeiros	1 959 263,50 €	11 680,60 €	1 947 582,90 €
	7 156 784,37 €	1 664 941,77 €	5 491 842,60 €

Nota 10 – Inventários

O custo de cada item do inventário é apurado através da média ponderada do seu custo de aquisição e do custo dos itens semelhantes adquiridos durante o ano. Nos quadros seguintes, apresentamos a informação detalhada dos valores da conta de inventário e os movimentos do período.

Quadro 10.1 – Inventários

De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários a 31/12/2023:

Rubrica (1)	2023		
	Quantia bruta (2)	Imparidade acumulada (3)	Quantia recuperável (4) = (2)-(3)
Mercadorias	3 563,86 €	0,00 €	3 563,86 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	339 220,09 €	103 514,72 €	235 705,37 €
T O T A L	342 783,95 €	103 514,72 €	239 269,23 €

Inventários em 2022

Rubrica (1)	2022		
	Quantia bruta (2)	Imparidade acumulada (3)	Quantia recuperável (4) = (2)-(3)
Mercadorias	614,49 €	0,00 €	614,49 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	287 031,56 €	103 514,72 €	183 516,84 €
T O T A L	287 646,05 €	103 514,72 €	184 131,33 €

Quadro 10.2 - Inventários: movimentos do período

De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos movimentos do período:

Rubrica (1)	Total								
	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras liquidadas	Consumos /gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de Inventários	
(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10) = (2) + (3) - (4) + (5) - (6) + (7) - (8)	
Mercadorias	614,49 €	9 074,28 €	6 124,91 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 563,86 €
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	183 516,84 €	609 028,69 €	557 391,19 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €	551,03 €	235 705,37 €
Produtos acabados e intermédios	0,00 €			0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00 €			0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos e trabalhos em curso	0,00 €			0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	184 131,33 €	618 102,97 €	563 516,10 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	551,03 €	239 269,23 €

Inventários: movimentos do período em 2022

Rubrica (1)	Total								
	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras liquidadas	Consumos /gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de Inventários	
(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10) = (2) + (3) - (4) + (5) - (6) + (7) - (8) + (9)	
Mercadorias	345,33 €	4 853,12 €	4 379,40 €		0,00 €	0,00 €	204,56 €	0,00 €	614,49 €
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	254 179,60 €	1 860 862,66 €	1 810 269,42 €		103 514,72 €	0,00 €	17 741,28 €	0,00 €	183 516,84 €
Produtos acabados e intermédios	0,00 €			0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00 €			0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos e trabalhos em curso	0,00 €			0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	254 524,93 €	1 865 715,78 €	1 814 648,82 €	0,00 €	103 514,72 €	0,00 €	17 945,84 €	0,00 €	184 131,33 €

Nota 11 – Agricultura

Não aplicável.

Nota 12 – Contratos de Construção

Não aplicável.

Nota 13 – Rendimentos de transações com contraprestação

O rendimento originado de uma transação com contraprestação é reconhecido no momento em que for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço. Para além deste fator, o rendimento apenas será reconhecido quando for possível mensurá-lo com fiabilidade.

Quadro 13.1 - Rendimento de transações com contraprestação

Os rendimentos de transações com contraprestação efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, têm a seguinte composição:

Tipo de rendimento	2023	2022
Prestação de serviços		
Saneamento	599 182,06 €	562 506,92 €
Resíduos sólidos	2 336 863,66 €	2 302 689,14 €
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	687 602,22 €	533 645,25 €
Arrendamento	148 823,92 €	247 017,24 €
Outros	2 531 610,82 €	2 273 775,47 €
Venda de bens		
Água	2 422 859,49 €	2 290 711,91 €
Mercadorias	1 751,27 €	1 872,71 €
Juros, dividendos e outros rendimentos similares		
Outros dividendos	19 573,18 €	25 815,45 €
Outros rendimentos similares	- €	- €
Outros	3 769 486,68 €	2 337 838,54 €
Total	12 517 753,30 €	10 575 872,63 €

Nota 14 – Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas independentemente de qualquer contraprestação por parte do Estado. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

Quadro 14.1 – Rendimentos sem contraprestação

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos:

Tipo de Rendimento	2023	2022
Impostos diretos		
Derrama	2 554 553,42 €	1 683 229,90 €
Imposto municipal sobre imóveis	4 530 870,41 €	4 412 719,71 €
Imposto único de circulação	1 813 379,16 €	1 687 910,15 €
Impostos indiretos		
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	2 122 244,77 €	1 561 229,72 €
Outros	451 366,47 €	292 725,33 €
Taxas, multas e outras penalidades		
Taxas	1 060 757,52 €	744 476,71 €
Multas e outras penalidades	161 379,26 €	153 131,67 €
Transferências e subsídios correntes		
Fundo Equilíbrio Financeiro	11 340 236,00 €	10 179 864,00 €
Fundo Social Municipal	1 407 697,00 €	1 343 776,00 €
Participação IRS	1 650 934,00 €	1 491 148,00 €
Participação IVA	229 179,37 €	160 387,50 €
Outras	1 325 659,48 €	2 113 955,88 €
Transferências de competências - Lei n.º 50/2018	7 971 175,00 €	6 214 456,96 €
Subsídios correntes	281 123,08 €	417 505,44 €
Reversões		
De perdas por imparidade	135 542,22 €	- €
De provisões	- €	- €
Outros	57 301,14 €	- €
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	1 343 057,81 €	1 305 087,50 €
TOTAL	38 436 456,11 €	33 761 604,47 €

Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Para fazer face a obrigações resultantes de acontecimentos ocorridos no período, são constituídas provisões.

As provisões constituídas correspondem fundamentalmente a processos judiciais e são apuradas com base nos relatórios dos advogados das entidades do perímetro responsáveis pelas ações judiciais, que definem o valor esperado da ação e dão a sua opinião quanto à probabilidade de desfecho desfavorável para o Grupo.

15.1 – Provisões

Quadro 15.1A – Provisões – movimentos ocorridos em 2023

No quadro seguinte apresentação a listagem de provisões existentes:

Rubricas (1)	Total									
	Quantia escriturada inicial (2)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final 11=(2)+(6)-(10)
		Reforços (3)	Aumentos da quantia descontada (4)	Outros aumentos (5)	Total aumentos (6)=(3)+(4)+(5)	Utilizações (7)	Reversões (8)	Outras diminuições (9)	Total diminuições (10)=(7)+(8)+(9)	
Impostos, contribuições e taxas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Garantias a clientes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Processos judiciais em curso	1 160 087,71 €	334 624,70 €	0,00 €	0,00 €	334 624,70 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 494 712,41 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Matérias ambientais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Contratos onerosos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Reestruturação e reorganização	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras provisões	54 239,95 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	54 239,95 €
Total	1 214 327,66 €	334 624,70 €	0,00 €	0,00 €	334 624,70 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 548 952,36 €

Provisões 2022

Rubricas (1)	Total									
	Quantia escriturada inicial (2)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final 11=(2)+(6)-(10)
		Reforços (3)	Aumentos da quantia descontada (4)	Outros aumentos (5)	Total aumentos (6)=(3)+(4)+(5)	Utilizações (7)	Reversões (8)	Outras diminuições (9)	Total diminuições (10)=(7)+(8)+(9)	
Impostos, contribuições e taxas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Garantias a clientes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Processos judiciais em curso	7 531 755,12 €	128 332,59 €	0,00 €	0,00 €	128 332,59 €	0,00 €	6 500 000,00 €	0,00 €	6 500 000,00 €	1 160 087,71 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Matérias ambientais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Contratos onerosos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Reestruturação e reorganização	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras provisões	54 239,95 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	54 239,95 €
Total	7 585 995,07 €	128 332,59 €	0,00 €	0,00 €	128 332,59 €	0,00 €	6 500 000,00 €	0,00 €	6 500 000,00 €	1 214 327,66 €

Quadro 15.1B – Descrição das Provisões e Processos Judiciais em Curso

As provisões de processos judiciais em curso em 2023 elencadas no quadro infra, referem-se unicamente ao município de Felgueiras.

Nº do Processo	Descrição do litígio	Provisões
Processo nº 683/21.8 BEPNF	Procedimentos Administrativos - Pedido de Indemnização	300 000,00 €
Processo nº 1021/21.5BEBRG - TAF	Procedimentos Administrativos - Pedido de Indemnização	68 499,00 €
Processo nº 1180/23.2BEPRT - TAF do Porto	Revisão extraordinária de contrato	20 424,55 €
Processo nº 271/23.4BEPNF		1 699,53 €
Processo nº 145/23.9BEPNF		73 701,70 €
Processo nº 420/23.0T8FLG		2 298,44 €
Processo nº 447/23.4T8FLG	Ação de responsabilidade civil	5 007,67 €
Processo de contraordenação CO/000096/19	Processo de Contraordenação	136 000,00 €
Processo de contraordenação NUI/CO/000899/22.0.CGI	Processo de Contraordenação	24 000,00 €
Processo nº 2316/21.3BEBRG	Pedido de indemnização por sinistro	750,00 €
	Ação Administrativa comum,	18 743,06 €
Processo nº 1685/19.0BEBRG	Pedido de indemnização	73 160,00 €
Processo nº: 2864/18.2BEBRG	Ação Administrativa comum - Responsabilidade Civil	354 055,80 €
Processo nº: 721/21.4BEPNF	Ação Administrativa comum - Responsabilidade Civil	23 157,00 €
Processo nº: 642/19.0BEBRG	Ação Administrativa comum - Responsabilidade Civil	963,54 €
Processo nº:2204/13.7BEPRT-A	Execução de sentença/acórdão	81 636,52 €
Processo nº 95/23.9BEPNF	Procedimentos de Massa - Concursos de Pessoal	5 000,01 €
Processo nº 156/23.4BEPNF	Procedimentos de Massa - Concursos de Pessoal	5 000,01 €
Processo nº 197/23.1BEPNF	Procedimentos de Massa - Concursos de Pessoal	5 000,01 €
Processo nº 96/23.7BEPNF	Procedimentos de Massa - Concursos de Pessoal	5 000,01 €
Processo nº 1399/20.8T8PNF	Reconhecer direito de propriedade	40 000,00 €
Processo nº 3445/19.9T8PNF		140 000,00 €
Processo nº 137/22.5T8PNF	Responsabilidade civil contratual	110 615,56 €
	TOTAL	1 494 712,41 €

Descrição das Provisões e Processos Judiciais em Curso em 2022

As provisões de processos judiciais em curso em 2022 elencadas no quadro infra, referem-se unicamente ao município de Felgueiras.

N.º do Processo	Descrição do litígio	Provisões
Processo n.º 1399/20.8T8PNF	Reconhecer o direito de propriedade prédio rústico	40 000,00 €
Processo n.º 1960/20.OBEPRT	Pedido indemnizatório no cumprimento de contato de promessa	117 082,12 €
Processo n.º 683/21.OBEPNF	Pedido indemnizatório	300 000,00 €
Processos n.º CO/00096/19 e n.º NUI/CO/000899/22.0.CGI	8 conta ordenações ambientais; 1 Contraordenação ambiental.	160 000,00 €
Processo n.º 2316/21.3BEBRG	Acção de indemnização fundada num acidente de viação	1 000,00 €
Processo n.º 137/22.5T8PNF	Cumprimento de contrato de promessa de permuta	74 005,58 €
Processo n.º 2286/18.5 BEBRG	REPARAÇÃO DOS PREJUÍZOS RESULTANTES DAS INTEMPÉRIES OCO	50 000,00 €
Processo n.º 3445/19.9T8PNF	Acção de condenação/reivindicação relativamente à implantação	110 000,00 €
Processo 2049/17.5BEBRG	Transmissão de Licença EMAFEL	300 000,01 €
Processo n.º 433/20.6BEPNF	Responsabilidade Civil Extra Contratual	2 500,00 €
Processo n.º 599/20.0BEPNF	Pedido indemnizatório por acidente na via Pública	2 500,00 €
Processo n.º 179/22.0BEPNF	Acidente de Viação	3 000,00 €
TOTAL		1 160 087,71 €

15.2 – Passivos Contingentes

Processos judiciais em curso, referem-se apenas ao Município de Felgueiras.

Para que um passivo se qualifique para reconhecimento é necessário que exista não só uma obrigação presente, mas também a probabilidade de ocorrer um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar essa obrigação. Neste caso a probabilidade do acontecimento é menor do que a probabilidade de acontecer, daí não se ter efetuado qualquer provisão.

N.º do Processo	Descrição do litígio	Valor das ações
525/23.0BEPNF	Ação administrativa	49 400,00 €
1589/22.9TBFLG	Ação administrativa	35 500,00 €
315/23.0BEPNF	Ação administrativa	23 242,19 €
351/23.6BEPNF	Ação administrativa	74 402,70 €
2049/17.5BEBRG	Ação administrativa	300 000,01 €
557/23.8BEPNF	Ação administrativa	20 801,23 €
568/14.4BEPRT	Ação administrativa	30 000,01 €
TOTAL		533 346,14 €

Passivos Contingentes em 2022

N.º do Processo	Descrição do litígio	Valor das ações
47/21.3BEPNF	Ação administrativa	5 000,01 €
1685/19.0BEBRG	Ação administrativa	13 160,00 €
2590/14.1BEBRG	Ação administrativa	93 012,02 €
1021/21.5BEBRG	Ação administrativa	58 449,00 €
898/20.6BEBRG	Ação administrativa	18 743,10 €
2864/18.2BEBRG	Ação administrativa	354 055,80 €
642/19.0BEBRG	Ação administrativa	935,54 €
TOTAL		543 355,47 €

15.3 – Ativos contingentes

Não existem ativos contingentes no período de 2023 em que se torna praticamente certo que um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço ocorrerá e o valor do ativo pode ser mensurado com fiabilidade.

Nota 16 – Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

Nota 17 – Acontecimentos após a data de relato

A invasão da Ucrânia no final do mês de fevereiro do ano 2022 e a prorrogação no tempo do conflito armado, teve impactos devastadores que afetaram as entidades a nível global, gerando um elevado grau de incerteza, que se prolongaram durante o ano de 2023, e mantêm no ano em curso.

Os impactos devem ser revistos regularmente tendo em consideração a imprevisibilidade da duração e consequências da guerra. O agravamento do conflito israelo-palestiniano, poderá afetar a produção e exportação de petróleo, porque naquela região existem fornecedores cruciais de energia e uma passagem marítima fundamental, pondo em causa a economia Mundial que ainda está a recuperar a inflação causada pela invasão da Ucrânia por parte da Rússia no ano passado, que fez subir os preços da energia em todo o Mundo.

Por outro lado, a tensão crescente entre a China e Taiwan, e o eventual envolvimento dos Estados Unidos na crise, poderá ter um impacto económico relevante, dado que Taiwan é o maior produtor de semicondutores mundial usados na produção de chips (um componente essencial na produção de alta tecnologia, incluindo sistemas de inteligência artificial), setor que já está em crise e afeta o mundo todo.

A existência simultânea de conflitos em diferentes continentes, configuram um enquadramento internacional que intensificam o clima de incerteza instalado nos meses anteriores, pelas implicações económicas e financeiras relevantes na atividade e gestão das instituições.

Estes acontecimentos desfavoráveis mantêm-se após data de relato de 31 de dezembro de 2023, e, portanto, os factos descritos não são suscetíveis de modificar as demonstrações financeiras.

A entrega intempestiva das contas do presente exercício pela empresa municipal, Ensino Profissional de Felgueiras, E.M., Unipessoal, Lda., deve-se ao atraso na abertura das candidaturas para financiamento dos Cursos Profissionais do ano letivo 2023/2024, referente ao período de setembro de 2023 a agosto de 2024. Este financiamento insere-se no programa PESSOAS 2030, cujo concurso, de forma excecional, apenas foi aberto em março de 2024. À data da elaboração e aprovação das contas separadas do Município de Felgueiras, procedeu-se ao reconhecimento relativo à estimativa de cobertura de prejuízos do EPF, E.M. referente ao ano de 2023, no montante do resultado líquido do período negativo em 570.833,54€, tendo por base as contas provisórias apresentadas pelo EPF, E.M. aquela data. Este reconhecimento relativo à estimativa de cobertura de prejuízos originou um movimento contabilístico nas contas do Município de Felgueiras na rubrica do Balanço – “Passivo” – Outras “Contas a Pagar” e na Demonstração dos Resultados na rubrica “Resultado líquido do período” – “Transferências e subsídios correntes obtidos”.

Nesta data, o EPF, E.M. já tem o termo de aceitação da candidatura apresentada e consequentemente realizou o reconhecimento de um crédito relativo ao período de setembro a dezembro de 2023. Deste modo o Resultado líquido do período negativo diminuiu face às contas provisórias apresentadas passando de 570.833,54€ para 204.897,26€.

Nota 18 – Instrumentos financeiros

Quadro 18.1 – Ativo

A. Ativos Financeiros 2023

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparida	Outras	
Ativos financeiros mensurados ao custo										
Participações financeiras										
FAM - Fundo de Apoio Municipal	781 249,50 €									781 249,50 €
EHF - Empresa Hidroelétrica de Felgueiras	374 119,00 €									374 119,00 €
PTT - Parque Tecnológico do Tâmega	- €			5 000,00 €		5 000,00 €				- €
CARNAGRI, S.A.	43 619,40 €									43 619,40 €
Águas Douro e Paiva, S.A.	241 325,00 €									241 325,00 €
Águas do Noroeste, S.A.	507 270,00 €									507 270,00 €
Outros ativos financeiros	3 606,64 €	324,96 €							1 086,35 €	2 845,25 €
Total	1 951 189,54 €	324,96 €	- €	5 000,00 €	- €	5 000,00 €	- €	- €	1 086,35 €	1 950 428,15 €

Durante o exercício de 2023 foi alienado as ações da PTT – Parque Tecnológico do Tâmega no valor de 5.000,00€.

Ativos Financeiros em 2022

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade de	Outras	
Ativos financeiros mensurados ao custo										
Participações financeiras	1 947 582,90 €									1 947 582,90 €
FAM - Fundo de Apoio Municipal	781 249,50 €									781 249,50 €
EHF - Empresa Hidroeléctrica de Felgueiras	374 119,00 €									374 119,00 €
PTT - Parque Tecnológico do Tâmega	0,00 €									0,00 €
CARNAGRI, S.A.	43 619,40 €									43 619,40 €
Águas Douro e Paiva, S.A.	241 325,00 €									241 325,00 €
Águas do Noroeste, S.A.	507 270,00 €									507 270,00 €
Outros ativos financeiros	3 454,53 €	152,11 €								3 606,64 €
TOTAL	1 951 037,43 €	152,11 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 951 189,54 €

B. Decomposição de saldos

Ativo	2023	2022
Cientes, contribuintes e utentes	2 078 235,02 €	1 337 261,28 €
Contribuintes	38 939,37 €	6 229,11 €
Utentes	2 039 131,00 €	1 327 485,03 €
Cientes	164,65 €	3 547,14 €
Outras contas a receber	11 395 548,94 €	9 370 114,32 €

Ativo	2023
Estado e outros entes públicos	10 452,03 €
Retenções na fonte efetuadas por terceiros	8 737,56 €
Imposto sobre o rendimento	1 714,47 €
Diferimentos	211 363,81 €
Gastos a reconhecer	211 363,81 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos	2 224 538,51 €
Estado	1 405,00 €
Fundos comunitários	2 221 910,25 €
Outros	1 223,26 €

Quadro 18.2 – Património Líquido

Designação da conta	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
51 - Património	182 550 351,49 €			182 550 351,49 €
55 - Reservas	3 856 491,69 €	97 530,45 €		3 954 022,14 €
56.1 - Resultados transitados de períodos anteriores	- 57 998 775,04 €	1 906 788,96 €		- 56 091 986,08 €
56.2 - Resultados transitados - Regularizações	- 4 354 374,15 €	160 355,58 €	4 137,85 €	- 4 198 156,42 €
56.4 - Ajustamentos de transição para o SNC-AP	5 933 450,82 €	942 587,11 €	645 790,59 €	6 230 247,34 €
59.3 - Transferências e subsídios de capital	48 940 589,75 €	14 432 929,01 €	7 349 107,73 €	56 024 411,03 €
59.4 - Doações obtidas	485 714,89 €			485 714,89 €
81.8 - Resultado líquido	2 125 519,09 €	1 077 899,83 €		3 203 418,92 €

Património Líquido em 2022

Designação da conta	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
	SNC-AP			SNC-AP
51- Património	182 550 274,69 €	76,80 €		182 550 351,49 €
55 - Reservas	3 852 089,69 €	4 402,00 €		3 856 491,69 €
56.1-Resultados transitados de períodos anteriores	-51 564 348,24 €	6 434 198,91 €	12 868 625,71 €	-57 998 775,04 €
56.2 - Resultados transitados - Regularizações	-4 236 063,74 €	-118 310,41 €		-4 354 374,15 €
56.4- Ajustamentos de transição para o SNC-AP	5 933 450,82 €			5 933 450,82 €
59.3 -Transferências e subsídios de capital	41 601 153,29 €	15 033 265,66 €	7 693 829,20 €	48 940 589,75 €
59.4 - Doações obtidas	485 714,89 €			485 714,89 €
81.8 - Resultados líquido	-6 013 961,23 €	2 125 519,09 €	6 013 961,23 €	2 125 519,09 €

Exemplificam-se os movimentos ocorridos nos valores mais relevantes nas contas da classe 5 – “Património, Reservas e Resultados Transitados”.

Conta 51 – Património/capital

Não houve variação do valor ao longo do período.

Conta 55- Reservas

Distribuição do resultado líquido.

Conta 56.1 – Resultados Transitados – De períodos anteriores

Imputação do resultado líquido de 2023 e regularização de amortizações e depreciações de bens.

56.2 - Resultados transitados – Regularizações

A conta 56.2, foi movimentada para o reconhecimento de proveitos relativos a subsídios ao investimento não reconhecidos em anos anteriores.

56.4 - Ajustamentos de transição para o SNC-AP

Ajustamento das amortizações acumuladas e imputação de subsídios ao investimento.

Quadro 18.3 – Passivo

Passivo	2023	2022
Passivo não corrente		
Diferimentos	6 083 688,42 €	1 131 363,38 €
Outras contas a pagar	5 908 826,25 €	6 489 175,28 €
Passivo corrente		
Fornecedores	2 848 871,75 €	5 056 018,08 €
Outras contas a pagar	4 841 759,72 €	4 076 495,83 €
Fornecedores de investimentos	24 252,12 €	106 029,82 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	450 000,02 €	- €
Diferimentos	2 090 688,36 €	1 108 772,34 €
Estado e outros entes públicos	528 602,55 €	406 963,33 €
Imposto sobre rendimento	33 009,71 €	14 059,45 €
Retenção de impostos sobre rendimentos	91 384,87 €	81 196,63 €
Imposto sobre valor acrescentado	29 515,85 €	359,34 €
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	343 095,67 €	296 739,68 €
Outras tributações	31 596,45 €	14 608,23 €

Garantias bancárias:

Foram prestadas as seguintes garantias bancárias:

Garantia bancária	Data	Designação	Entidade	Valor
9015/006023/693	10/10/2008	Abertura de vala para instalação de conduta de abastecimento de água - EN101-3 Kms 5,000-6,200	Infraestruturas de Portugal, S.A.	36 000,00 €
9015/008378/393	05/02/2016	Saneamento na EN 207-3 (rede de saneamento em baixa - 2ª fase (Margaride - Sendim - bacia 76) - conclusão)	Infraestruturas de Portugal, S.A.	23 250,00 €
0309.015739.193	18/07/2018	Instalação de "rede de águas residuais e de abastecimento de água longitudinal e transversal ao subsolo da EN (d) 207-1/km 3+880 ao 5+160"	Infraestruturas de Portugal, S.A.	38 400,00 €
Várias	21/06/2021	Área de Acolhimento Empresarial do Alto das Barrancas	Banco Santander	1 035 132,80
N00420587.01	31/05/2022	Garantias Normais	Novo Banco	70 050,00
N00420588.01	31/05/2022	Garantias Normais	Novo Banco	11 100,00

A informação do quadro acima refere-se apenas ao Município de Felgueiras. Nas restantes entidades não existem Garantias Bancárias.

Garantias bancárias em 2022

Garantia bancária	Data	Designação	Entidade	Valor
9015/006023/693	10/10/2008	Abertura de vala para instalação de conduta de abastecimento de água - EN101-3 Kms 5,000-6,200	Infraestruturas de Portugal, S.A.	36 000,00 €
9015/008378/393	05/02/2016	Saneamento na EN 207-3 (rede de saneamento em baixa - 2ª fase (Margaride - Sendim - bacia 76) - conclusão)	Infraestruturas de Portugal, S.A.	23 250,00 €
0309.015739.193	18/07/2018	Instalação de "rede de águas residuais e de abastecimento de água longitudinal e transversal ao subsolo da EN (d) 207-1/km 3+880 ao 5+160"	Infraestruturas de Portugal, S.A.	38 400,00 €
Várias	21/06/2021	Área de Acolhimento Empresarial do Alto das Barrancas	Banco Santander	1 035 132,80
N00420587.01	31/05/2022	Garantias Normais	Novo Banco	70 050,00
N00420588.01	31/05/2022	Garantias Normais	Novo Banco	11 100,00

Nota 19 – Benefícios dos empregados

O grupo municipal atribui ainda os seguintes benefícios de curto prazo aos seus colaboradores: salários, contribuições para a segurança social, CGA, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, ajudas de custo, despesas de representação, trabalho extraordinário e quaisquer outras retribuições previstas na Lei.

Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 1 de janeiro do ano seguinte.

O Grupo não tem qualquer responsabilidade futura sobre fundos ou pensões.

Os gastos com os colaboradores podem ser representados no seguinte mapa:

Quadro 19.1 – Gastos com pessoal

Designação	2023	2022
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	303 099,95 €	282 577,33 €
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	50 763,99 €	47 887,39 €
Remunerações do pessoal	12 820 055,29 €	11 047 787,80 €
Encargos sobre remunerações	2 890 655,28 €	2 542 239,64 €
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	120 962,78 €	127 060,26 €
Outros gastos com o pessoal	663 895,02 €	623 543,42 €
Outros encargos sociais	93 092,18 €	75 421,50 €
Total	16 942 524,49 €	14 746 517,34 €

Nota 22 – Interesses em outras entidades

Quadro 22 – Interesses em outras entidades

Designação da Entidade	Sede	% de interesse	
		Propriedade detidos	Direito de voto
ADER SOUSA - Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa	Mosteiro de Pombeiro, 4610-637 Felgueiras	1)	
Associação de Municípios Portugueses do Vinho	Rua 16 de Novembro, 2070-207 Cartaxo	1)	
Associação de Municípios do Vale do Sousa	Praça D. António Meireles 45, 4620-130 Lousada		
Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa	Avenida José Júlio 42, 4560-547 Penafiel		
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	Castelo Santiago da Barra, 4900-360 Viana do Castelo	1)	
Associação Nacional de Municípios Portugueses	Av. Marnoco e Sousa 52, 3004-511 Coimbra	1)	
Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	Rua da Ribeira Negra nº 55 4050-008 S. Nicolau Porto	1)	
Fundo de Apoio Municipal	Praça do Comércio, Ala Oriental, 1149-015 Lisboa		

1) Relativamente a estas entidades o Município apenas contribui com uma quota anual.

Nota 23 – Outras divulgações

23.1 – Decomposição de fornecimentos e serviços externos

Quadro 23.1 - Decomposição de fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e serviços externos	2023	2022
Subcontratos e parcerias	8 245 292,19 €	3 417 764,59 €
Serviços especializados	2 391 043,10 €	1 649 686,83 €
Materiais de consumo	401 985,30 €	464 152,51 €
Energia e fluídos	3 362 294,63 €	3 168 354,14 €
Deslocações, estadas e transportes	249 653,13 €	195 420,96 €
Serviços diversos	3 438 543,52 €	4 481 397,15 €
Total	18 088 811,87 €	13 376 776,18 €

23.2 – Decomposição de transferências e subsídios concedidos

Quadro 23.2 - Decomposição de transferências e subsídios concedidos

Transferências e subsídios concedidos	2023	2022
Transferências correntes concedidas	3 478 439,31 €	4 085 124,91 €
Estado	117 949,35 €	65 432,72 €
Associações de Municípios	88 209,11 €	1 436 630,82 €
Freguesias	701 095,58 €	701 972,43 €
Famílias	682 931,38 €	758 775,06 €
Sociedades e quase sociedades não financeiras	1 888 253,89 €	947 299,41 €
Outros	- €	175 014,47 €
Subsídios correntes concedidos	93 550,00 €	5 000,00 €
Empresas locais	88 550,00 €	- €
Outros	5 000,00 €	5 000,00 €
Transferências de capital concedidas	244 097,53 €	350 646,65 €
Associações de Municípios	3 184,07 €	36 032,68 €
Sociedades e quase sociedades não financeiras	160 910,62 €	197 243,09 €
Freguesias	58 654,31 €	12 500,00 €
Instituições sem Fins Lucrativos	21 348,53 €	104 870,88 €
Transferências para cobertura de prejuízos	- €	- €
Cobertura de prejuízos DA EPF	- €	- €
Total	3 816 086,84 €	4 440 771,56 €

23.3 – Outras divulgações

23.3.1. Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial;

Remunerações atribuídas em 2023

	Remunerações Órgãos sociais/Eleitos Locais	Revisores Oficiais de Contas
Município	225 846,95 €	10 250,00 €
EPF	43 840,24 €	4 870,80 €
Aclem		6 000,00 €

Remunerações atribuídas em 2022

	Remunerações Órgãos Sociais / Eleitos Locais	Revisores Oficiais de Contas
Município	299 005,89	(*) 5 125,00
EPF	42 912,94	4 890,80
Aclem	0,00	6 000,00

(*) Valor com IVA incluído

23.3.2. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo:

- a) Descrição do endividamento consolidado de médio e longo prazo (art.º 75.º, n.º 7, da Lei 73/2013), desagregada por rubrica patrimonial, de acordo com o seguinte mapa:

Designação das contas	Endividamento de Médio e Longo Prazo				Eliminação de créditos/Dividas recíprocas	Grupo consolidado
	MF	ACLEM	EPF	Total		
Credores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáv	4 248 365,92 €	- €	- €	4 248 365,92 €	- €	4 248 365,92 €
Financiamentos obtidos	5 409 790,46 €	253 489,78 €	- €	5 663 280,24 €	- €	5 663 280,24 €
Total	9 658 156,38 €	253 489,78 €	- €	9 911 646,16 €	- €	9 911 646,16 €

Endividamento de médio e longo prazo em 2022

Endividamento Consolidado de Médio e Longo Prazo

(unidade: euro)

Código/Designação das Contas	Dívidas a Terceiros de Médio/Longo Prazo				Eliminação de Créditos/Dívidas Recíprocas	Grupo Público Consolidado
	MUNICÍPIO	EPF	ACLEM	TOTAL		
1	2	3	4	5=2+3+4	6	7=5-6
Credores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	2 505 848,76 €	0,00 €	0,00 €	2 505 848,76 €	0,00 €	2 505 848,76 €
Financiamentos obtidos	4 883 732,09 €	0,00 €	275 000,00 €	5 158 732,09 €	0,00 €	5 158 732,09 €
Total	7 389 580,85 €	0,00 €	275 000,00 €	7 664 580,85 €	0,00 €	7 664 580,85 €

b) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, desagregado por entidade e por rubrica patrimonial.

Designação das contas	Dívidas a terceiros de Médio e Longo Prazo			Grupo consolidado
	Município de Felgueiras	ACLEM	EPF	
Médio/Longo prazo				
Financiamentos obtidos	9 658 156,38 €	253 489,78 €	- €	9 911 646,16 €
Fornecedores	- €	- €	- €	- €
Estado e outros entes públicos	- €	- €	- €	- €
Fornecedores de investimentos	- €	- €	- €	- €
Outras contas a pagar	5 021 491,27 €	887 334,98 €	- €	5 908 826,25 €
Curto prazo				
Financiamentos obtidos	896 349,41 €	25 000,00 €	425 200,94 €	1 346 550,35 €
Fornecedores	2 643 721,27 €	35 300,40 €	169 850,08 €	2 848 871,75 €
Estado e outros entes públicos	437 813,18 €	42 930,87 €	47 858,50 €	528 602,55 €
Fornecedores de investimentos	22 517,82 €	- €	1 734,30 €	24 252,12 €
Outras contas a pagar	4 684 098,65 €	39 679,49 €	117 981,58 €	4 841 759,72 €

Montante total das dívidas a terceiros em 2022

Designação das contas	Dívidas a terceiros de Médio e Longo Prazo			Grupo consolidado
	Município de Felgueiras	ACLEM	EPF	
Médio/Longo prazo				
Financiamentos obtidos	7 389 580,85 €	275 000,00 €	- €	7 664 580,85 €
Fornecedores	- €	- €	- €	- €
Estado e outros entes públicos	- €	- €	- €	- €
Fornecedores de investimentos	- €	- €	- €	- €
Outras contas a pagar	6 489 175,28 €	- €	- €	6 489 175,28 €
Curto prazo				
Financiamentos obtidos	859 717,31 €	25 000,00 €	- €	884 717,31 €
Fornecedores	5 031 071,27 €	1 801,25 €	23 145,56 €	5 056 018,08 €
Estado e outros entes públicos	354 192,16 €	2 969,30 €	49 801,87 €	406 963,33 €
Fornecedores de investimentos	98 058,19 €	- €	7 971,63 €	106 029,82 €
Outras contas a pagar	3 901 226,13 €	32 051,45 €	143 218,25 €	4 076 495,83 €

23.3.3. Informações sobre saldos e fluxos financeiros:

Descrição dos saldos e dos fluxos financeiros (art.º 75.º, n.º 7, da Lei 73/2013), desagregada por tipo, de acordo com o seguinte mapa em 2023:

Tipo de fluxo	Município / ACLEM									
	Obrigações / Pagamentos					Direitos / Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos no exercício	Saldo final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Relações comerciais	- €	34 950,00 €	8 737,56 €	26 212,44 €	- €	- €	26 212,44 €	- €	26 212,44 €	- €
Transferências	- €	473 550,00 €	- €	473 550,00 €	- €	- €	473 550,00 €		473 550,00 €	- €
Total	- €	508 500,00 €	8 737,56 €	499 762,44 €	- €	- €	499 762,44 €	- €	499 762,44 €	- €

Tipo de fluxos	Município / EPF									
	Obrigações / Pagamentos					Direitos / Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos no exercício	Saldo final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	- €	73 155,00 €	- €	73 155,00 €	- €	- €	73 155,00 €		73 155,00 €	- €
Cobertura de prejuízo	- €	730 807,64 €	- €	- €	730 807,64 €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	- €	803 962,64 €	- €	73 155,00 €	730 807,64 €	- €	73 155,00 €	- €	73 155,00 €	- €

Informações sobre saldos e fluxos financeiros em 2022

Saldos e Fluxos Financeiros entre as Entidades do Grupo Público

(unidade: euro)

Tipo de Fluxos	Município / ACLEM									
	Obrigações / Pagamentos					Direitos / Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações no Exercício	Pagamentos no Exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos Constituídos no Exercício	Anulações do Exercício	Recebimentos do Exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Relações Comerciais	0,00 €	34 950,00 €	0,00 €	34 950,00 €	0,00 €	0,00 €	34 950,00 €	0,00 €	34 950,00 €	0,00 €
Transferências	110 000,00 €	330 000,00 €	0,00 €	440 000,00 €	0,00 €	110 000,00 €	330 000,00 €	0,00 €	440 000,00 €	0,00 €
Total	110 000,00 €	364 950,00 €	0,00 €	474 950,00 €	0,00 €	110 000,00 €	364 950,00 €	0,00 €	474 950,00 €	0,00 €

Saldos e Fluxos Financeiros entre as Entidades do Grupo Público

(unidade: euro)

Tipo de Fluxos	Município / EPF									
	Obrigações / Pagamentos					Direitos / Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações no Exercício	Pagamentos no Exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos Constituídos no Exercício	Anulações do Exercício	Recebimentos do Exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências	0,00 €	376 032,67 €	0,00 €	376 032,67 €	0,00 €	0,00 €	376 032,67 €	0,00 €	376 032,67 €	0,00 €
Total	0,00 €	376 032,67 €	0,00 €	376 032,67 €	0,00 €	0,00 €	376 032,67 €	0,00 €	376 032,67 €	0,00 €

3. Demonstrações orçamentais de relato consolidadas

De acordo com a NCP 26 (§ § 22 a 24) o perímetro de consolidação na Administração Local será composto pelo conjunto de entidades incluídas neste subsetor nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, em cumprimento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais. Assim, o perímetro de consolidação orçamental do Grupo Municipal de Felgueiras compreende as seguintes entidades:

- Município de Felgueiras;
- ACLEM - Arte Cultura e Lazer, Empresa Municipal, E.M.
- EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, E.M. Unipessoal, Lda.

Nos termos do exposto na NCP 26 (§ § 25 e 26) a consolidação orçamental efetua-se pelo método da consolidação simples, que se traduz na soma algébrica de rubricas equivalentes de recebimentos e pagamentos, para a Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental, e de liquidações e obrigações para a Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Naturezas. Posteriormente, procede-se à eliminação dos saldos resultantes de recebimentos e pagamentos de operações internas, assim como, de liquidações e obrigações recíprocas por naturezas.

O presente relatório não reflete as operações contabilísticas de consolidação do subsistema da contabilidade orçamental, previstas na NCP 26 – contabilidade e relato orçamental, uma vez que, apesar da ACLEM, E.M. cumprir em todos os aspetos materiais previstos na NCP 26 do SNC-AP, no caso da EPF, EM., a Contabilidade Orçamental ainda não se encontra totalmente implementada, pelas razões indicadas no relatório e contas individual da empresa no documento do SROC – Certificação Legal de Contas do EPF, E.M. “Apesar dos esforços desenvolvidos pela Entidade, a NCP 26 ainda não se encontrava totalmente implementada, atendendo à complexidade que a mesma acarreta, não tendo sido possível, até esta data, obter a informação adequada e necessária para a verificação das demonstrações orçamentais.”

Em face do exposto, os mapas seguidamente apresentados relativos às Demonstrações Orçamentais Consolidadas, incluem apenas o Município de Felgueiras, uma vez que a entidade EPF, E.M., que integra o perímetro de consolidação orçamental, ainda não aplica integralmente a NCP 26 – Contabilidade e relato Orçamental.

3.1. Demonstração consolidada de desempenho orçamental

(avançar para a página seguinte)

MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS

Prestação de contas consolidada 2023



Periodicidade : Mensal
 Período : Dezembro
 DLODC - DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL
 MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS
 Acumulados : 9
 Pág. : 2
 Ano : 2023

RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (R)					TOTAL	2022
		R F	R G	V D	EMFR	F. ALIENIO		
DI.2	Alugueres Variáveis ou Eventuais	357.666,30					357.666,30	334.204,46
DI.3	Requisição Social	1.234.152,70					1.234.152,70	1.234.152,70
DI.4	Tributos e outros serviços	18.234.152,70					18.234.152,70	18.234.152,70
DI.5	Tributos e outros serviços	206.024,01					206.024,01	206.024,01
DI.6	Tributos e outros serviços	5.558.941,81					5.558.941,81	5.558.941,81
DI.7	Tributos e outros serviços	5.000.426,81					5.000.426,81	4.955.074,28
DI.8	Tributos e outros serviços	2.401.723,01					2.401.723,01	2.401.723,01
DI.9	Administração Central - Estado	58.818,01					58.818,01	58.818,01
DI.10	Administração Central - Estado							
DI.11	Administração Central - Outras entidades							
DI.12	Segurança Social							
DI.13	Administração Regional							
DI.14	Administração Local							
DI.15	Entidades do Setor Não Lucrativo							
DI.16	Famílias							
DI.17	Outras							
DI.18	Subsídios Correntes							
DI.19	Outras despesas correntes							
DI.20	Outras despesas correntes							
DI.21	Despesa de capital	15.016.027,39			452.327,17		15.468.354,56	10.690.022,62
DI.22	Adquirição de bens de capital	14.719.015,40			452.327,17		15.171.342,57	10.509.259,61
DI.23	Transferências e subsídios de capital	297.000,99					297.000,99	381.569,21
DI.24	Transferências de capital	297.000,99					297.000,99	381.569,21
DI.25	Administrações Públicas	114.748,84					114.748,84	91.080,24
DI.26	Administração Central - Estado							
DI.27	Administração Central - Outras entidades							
DI.28	Segurança Social							
DI.29	Administração Regional							
DI.30	Administração Local							
DI.31	Entidades do Setor Não Lucrativo							
DI.32	Famílias							
DI.33	Outras							
DI.34	Subsídios de capital							
DI.35	Outras despesas de capital							
DI.36	Outras despesas de capital							
DA02	Despesa efetiva [5]	54.091.193,78			452.327,17		54.543.520,95	50.590.548,44
DA03	Despesa não efetiva [6]	774.326,72					774.326,72	705.924,97
DA04	Despesa com ativos financeiros	774.326,72					774.326,72	755.924,67
DA05	Soma [7]=[5]+[6]	55.865.520,50			452.327,17		56.317.857,68	51.346.473,41
DA06	Operações de financiamento [C]	-1.693.366,00			2.631.726,00		938.360,00	7.749.009,97
DA07	Saldo para execução seguinte	-1.693.366,00			2.631.726,00		938.360,00	3.513.350,99
DA08	Saldo para execução seguinte [D]=[A]+[B]-[C]	5.300.889,72			-447.818,36		4.853.071,36	1.170.768,42
DA09	Saldo para execução seguinte [D]=[A]+[B]-[C]	5.300.889,72			-447.818,36		4.853.071,36	6.020.249,81
DA10	Saldo para execução seguinte	5.034.704,08					5.034.704,08	8.210.860,87
DA11	Saldo para execução seguinte	4.706.841,67					4.706.841,67	10.198.748,47
DA12	Saldo para execução seguinte	4.418.508,00					4.418.508,00	11.911.700,00
DA13	Reserva total [I]+[G]+[H]	6.084.164,61			0,00		6.084.164,61	87.001.014,00
DA14	Reserva total [I]+[G]+[H]	6.084.164,61			0,00		6.084.164,61	87.001.014,00
DA15	Despesa total [5]+[6]	53.768.530,61			452.327,17		54.220.857,78	51.346.473,41

* Os pagamentos, recebimentos, assim como os saldos deverão estar discriminados de acordo com os grupos de fontes de financiamento.

3.2. Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza

(avançar para a página seguinte)

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

RUBRICA	LIQUIDAÇÕES / OBRIGAÇÕES	2023	2022
RA02	Receita corrente	3 573 872,02 €	3 004 963,81 €
R1	Receita fiscal	0,00 €	0,00 €
R1.1	Impostos diretos	0,00 €	0,00 €
R1.2	Impostos indiretos	0,00 €	0,00 €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00 €	0,00 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	74 724,60 €	96 331,12 €
R4	Rendimentos de propriedade	0,00 €	0,00 €
R5	Transferências e subsídios correntes	1 405,00 €	1 405,00 €
R5.1	Transferências correntes	1 405,00 €	1 405,00 €
R5.1.1	Administrações Públicas	1 405,00 €	1 405,00 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	1 405,00 €	1 405,00 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €
R5.1.2	Exterior - U E	0,00 €	0,00 €
R5.1.3	Outras	0,00 €	0,00 €
R5.2	Subsídios correntes	0,00 €	0,00 €
R6	Venda de bens e serviços	3 489 245,28 €	2 895 754,65 €
R7	Outras receitas correntes	8 497,14 €	11 473,04 €
RA03	Receita de capital	0,00 €	0,00 €
R8	Venda de bens de investimento	0,00 €	0,00 €
R9	Transferências e subsídios de capital	0,00 €	0,00 €
R9.1	Transferências de capital	0,00 €	0,00 €
R9.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €
R9.1.2	Exterior - U E	0,00 €	0,00 €
R9.1.3	Outras	0,00 €	0,00 €
R9.2	Subsídios de capital	0,00 €	0,00 €
R10	Outras receitas de capital	0,00 €	0,00 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	883,74 €	883,74 €
RA04	Receita efetiva [2]	3 574 755,76 €	3 005 847,55 €
RA05	Receita não efetiva [3]	0,00 €	0,00 €
R12	Receita com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €
R13	Receita com passivos financeiros	0,00 €	0,00 €
RA06	Receita total [4]=[1]+[2]+[3]	3 574 755,76 €	3 005 847,55 €
DA01	Despesa corrente	1 152 345,63 €	1 159 462,72 €
D1	Despesas com o pessoal	218 935,26 €	181 961,79 €
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	169 531,60 €	160 003,37 €
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	14 014,19 €	87 730,66 €

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

RUBRICA	LIQUIDAÇÕES / OBRIGAÇÕES	2023	2022
D1.3	Segurança social	35 389,47 €	13 227,76 €
D2	Aquisição de bens e serviços	858 892,41 €	788 647,59 €
D3	Juros e outros encargos	0,00 €	33,78 €
D4	Transferências e subsídios correntes	69 241,99 €	175 531,56 €
D4.1	Transferências correntes	69 241,99 €	175 531,56 €
D4.1.1	Administrações Públicas	3 449,91 €	153 969,01 €
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	3 025,00 €	106 671,17 €
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	47 297,84 €
D4.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	
D4.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	
D4.1.1.5	Administração Local	424,91 €	
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	65 000,00 €	
D4.1.3	Famílias	792,08 €	21 562,55 €
D4.1.4	Outras	0,00 €	
D4.2	Subsídios Correntes	0,00 €	
D5	Outras despesas correntes	5 275,97 €	13 288,00 €
DA02	Despesa de capital	272 681,63 €	964 335,69 €
D6	Aquisição de bens de capital	272 681,63 €	952 048,16 €
D7	Transferências e subsídios de capital	0,00 €	12 287,53 €
D7.1	Transferências de capital	0,00 €	12 287,53 €
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	12 287,53 €
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.5	Administração Local	0,00 €	12 287,53 €
D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	0,00 €	0,00 €
D7.1.3	Famílias	0,00 €	0,00 €
D7.1.4	Outras	0,00 €	0,00 €
D7.2	Subsídios de capital	0,00 €	0,00 €
D8	Outras despesas de capital	0,00 €	0,00 €
DA03	Despesa efetiva [5]	1 425 027,26 €	2 123 798,41 €
DA04	Despesa não efetiva [6]	0,00 €	0,00 €
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00 €	0,00 €
DA05	Despesa total [5] + [6]	1 425 027,26 €	2 123 798,41 €

4. Outros documentos

4.1. Relação nominal dos responsáveis



MODELO 2 - Relação nominal de responsáveis pela execução financeira e/ou orçamental no período de relato

MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS		
Período de relato: 01-01-2023 a 31-12-2023		
Nome	Órgão / Cargo	Período de responsabilidade a)
Nuno Alexandre Martins da Fonseca	Presidente	2023.01.01 a 2023.12.31
António Fernando da Silva Fernandes	Vereador em regime de permanência	2023.01.01 a 2023.12.31
Rosa Maria Sousa Pinto	Vereador em regime de permanência	2023.01.01 a 2023.12.31
Ana Maria Medeiros Peixoto	Vereador em regime de permanência	2023.01.01 a 2023.12.31
Joel Rui Carvalho da Costa	Vereador em regime de permanência	2023.01.01 a 2023.12.31
Ricardo Paulo Pinto Lopes Silva Freitas	Vereador em regime de permanência	2023.01.01 a 2023.12.31
Virgílio Oscar Lachado Ferreira	Vereador em regime de permanência	2023.01.01 a 2023.12.31
Hugo Alcides Freitas Martins	Vereador b)	2023.01.01 a 2023.12.31
Vitor Sebastião Sá Pereira de Vasconcelos	Vereador b)	2023.01.01 a 2023.12.31

a) No caso de se verificarem alterações de responsáveis durante o período de relato, deverá indicar-se o período em que exerceram funções

b) Senhas de presença

4.2. Certificação legal da conta consolidada

(avançar para a página seguinte)



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de **MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31/12/2023 (que evidencia um total de 227.741.861,37 euros e um total de património líquido de 192.158.023,31 euros, incluindo um resultado líquido de 3.203.418,92 euros), a demonstração dos resultados por natureza consolidada, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos (ou possíveis efeitos) da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS** em 31/12/2023, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

1. O Município procedeu à contabilização intempestiva dos ativos que compõem o Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão com a E-REDES Distribuição de Energia, S.A através da aplicação da norma de contabilidade pública n.º 4 (NCP4). O movimento efetuado consistiu no reconhecimento de Ativos Fixos tangíveis em 7.368.565,00 euros (que resulta da diferença entre 22.205.273,00 de ativo bruto e 14.836.708,00 de depreciações acumuladas), no reconhecimento de Subsídios ao investimento de 2.329.212,00 euros e, por diferença, o reconhecimento do Passivo – Diferimentos de 5.039.353,00 euros. Adicionalmente, no Património, foi criada uma ficha global para a totalidade dos bens, não tendo os mesmos sido sujeitos a depreciação no exercício. Dado que a informação disponibilizada pela concessionária é



- incompleta, não atual e não suscetível de confirmação, não nos é possível formar opinião sobre o registo efetuado, respetivos efeitos no Balanço (Ativos fixos tangíveis, Outras variações de património líquido no Ativo e Diferimentos no Passivo) e Demonstração de resultados (Gastos de depreciação e amortização).
2. Dado que o Gabinete de informação geográfica se encontra a efetuar o levantamento de todos os imóveis propriedade do Município e que à data de 31.12.2023 este trabalho ainda não estava totalmente concluído, não nos foi possível validar a plenitude destes Ativos. Desta forma, não nos é possível incluir, na nossa opinião, as rubricas de Ativos fixos tangíveis, Património líquido e Resultados.
 3. Em 20.12.2023 foi celebrado Protocolo entre o Município e a EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, EM Unipessoal, Lda relativo a comparticipação de “apoio financeiro para a execução de projeto de execução – arquitetura, especialidades e assistência técnica à obra” no montante de 71.955,00 euros, relativo a obras de remodelação e eficiência energética a efetuar nas instalações da EPF. Apesar de se tratar de uma operação Intra grupo incluída nos movimentos de consolidação e como tal expurgada das demonstrações financeiras consolidadas, entendemos ser de relevar que o Protocolo celebrado constitui a atribuição de um subsídio ao investimento com enquadramento no disposto no n.º 1 do art.º 36º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes do Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

Ricardo Pereira & Associados - SROC, Lda

Rua Heróis de França, n.º 627
4450-159 Matosinhos

+351 226 053 248

geral@rpa-sroc.pt



- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 62.209.802,29 euros e um total de despesa paga líquida de reposições de 56.217.857,68 euros) relativa ao exercício findo em 31/12/2023.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

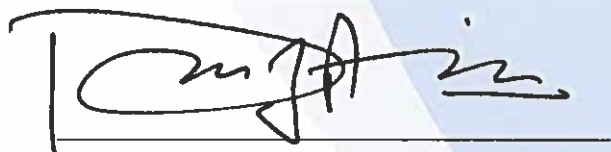
Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, exceto quanto ao seguinte:

Nas demonstrações orçamentais consolidadas não foi incluída informação relativa às empresas ACLEM - Arte Cultura e Lazer, Empresa Municipal, E.M. e EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, E.M. Unipessoal, Lda devido ao facto de, relativamente a esta última a NCP26 não estar ainda totalmente implementada e o Município, conforme justificado no Relatório e Anexo, ter optado pela não inclusão parcial de informação das empresas municipais.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

19 de setembro de 2024

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Ricardo Jorge Pereira', is written over a horizontal line.

Ricardo Pereira & Associados – SROC, Lda
representada por Ricardo Jorge Pereira, ROC



Felgueiras

CÂMARA MUNICIPAL